

ESTRATÉGIAS DA PRESENÇA E DA DISSUASÃO FACE ÀS DEMANDAS DA DEFESA NACIONAL

STRATEGIES OF PRESENCE AND DISSUASION IN THE FACE OF NATIONAL DEFENSE DEMANDS

WELLINGTON COSTA PRATES *et al.* *

RESUMO

O objetivo deste artigo foi analisar a Concepção das Estratégias prioritárias de Emprego do Exército Brasileiro (EB), quais sejam da Presença e da Dissuasão. As seções do artigo foram desenvolvidas em sete partes: a primeira introduziu o estudo, por meio de uma apresentação histórica; a segunda abordou os desafios futuros e seus impactos nas Estratégias da Presença e da Dissuasão; a terceira descreveu as referidas estratégias no Brasil e em outros países; a quarta apresentou os impactos da Dimensão Informacional, da Mobilidade Estratégica e da Ciência, Tecnologia e Inovação nas Estratégias da Presença e da Dissuasão; a quinta descreveu o Emprego e a Articulação da Força Terrestre face às duas Estratégias; a sexta apresentou as indicações e recomendações para o EB; a sétima e última parte concluiu o estudo com a visão do grupo a respeito do incremento e do aperfeiçoamento das duas Estratégias abordadas.

PALAVRAS-CHAVE

Presença; Dissuasão; Defesa Nacional; Exército Brasileiro; Antiacesso e Negação de área; Mobilidade Estratégica.

ABSTRACT

The objective of this article was to analyze the conception of the priority Employment Strategies of the Brazilian Army (EB), namely Presence and Dissuasion. The sections of the article were developed in seven parts: the first introduced the study, by means of a historical presentation; the second approached the future challenges and their impacts on the Presence and Dissuasion Strategies; the third described the referred strategies in Brazil and in other countries; the fourth presented the impacts of the Information Dimension, Strategic Mobility and Science, Technology and Innovation on the Presence and Dissuasion Strategies; The fifth part described the Employment and Articulation of Land Force in the face of the two Strategies; the sixth part presented indications and recommendations for the Brazilian Army; the seventh and last part concluded the study with the group's vision regarding the increment and improvement of the two strategies discussed.

KEYWORDS

Presence; Dissuasion; National Defense; Brazilian Army; Anti-Access and Area Denial; Strategic Mobility.

OS AUTORES

*Este artigo é resultado do Projeto Interdisciplinar desenvolvido pelo Curso de Política, Estratégia e Alta Administração do Exército (CPEAE) realizado na Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (ECEME), em 2021. Participaram do trabalho os seguintes oficiais: Adriano Araújo Bezerra, Alessandro Basílio Rodrigues, Alexandre Moura De Souza, Allan Danilo Paiva Salazar, Anderson Corrêa Dos Santos, Antonio Carlos Pavão Madureira, Carlos André Maciel Levy, Conrado José Sales Mororó, Eduardo Henrique Da Silva Bastos, Elder Vaz, Fábio Ribeiro Gonçalves De Oliveira, Fábio Villela Mendes, Flávio Schmitz Júnior, Hélio Dias De Araújo, Hércules Antônio Marques Da Costa, Julio Cézar Brito De Sousa Cézar, Luciano Braga De Melo, Magno Paiva Duarte, Marcos Rogério Cardoso Da Silva, Maurício Ramos De Resende Neves, Newton De Abreu Fonseca Filho, Pedro Castelo Branco Netto, Rogério Martins Moura, Ruy Terra Filho, Sérgio Murta De Andrade, Steven Meier e Wellington Costa Prates.

1. Introdução

O Exército Brasileiro (EB) adota diversas estratégias militares, preconizadas pela atual Doutrina Militar de Defesa, como meio para cumprir sua destinação constitucional, bem como suas atribuições subsidiárias: Dissuasão, Ofensiva, Presença, Projeção de Poder e Resistência. Entre essas, o EB prioriza as Estratégias Militares da **Presença** e da **Dissuasão**, conforme sua Concepção Estratégica - 2019 (BRASIL, 2019).

Nesse sentido, “Estratégia Militar é a arte e ciência de prever o emprego, preparar, orientar e aplicar o Poder Militar durante os conflitos, considerados os óbices existentes ou potenciais, visando à consecução ou à manutenção dos objetivos fixados pelo nível político” (BRASIL, 2020).

Assim sendo, o presente artigo visa à análise das duas estratégias militares supracitadas, buscando identificar ações que direcionem sua aplicação na área da Defesa e do Exército.

Cabe salientar que, embora existam diferentes conceituações, tanto para Presença como para Dissuasão, este artigo considera os conceitos das referidas estratégias conforme o descrito no atual *Manual de Estratégia do Exército Brasileiro* (BRASIL, 2020, p. 45):

Presença: caracteriza-se pela presença militar, no território nacional e suas extensões, com a finalidade de cumprir a destinação constitucional e as

atribuições subsidiárias. É efetivada não só pela criteriosa articulação das organizações militares no território, como também preponderantemente pela capacidade de rápido deslocamento para qualquer região do País, quando necessário.

Dissuasão: caracteriza-se pela manutenção de forças militares suficientemente poderosas e prontas para emprego imediato, capazes de desencorajar qualquer agressão militar.

A Estratégia da Presença será analisada segundo suas expressões militar, psicossocial e política, conforme descreve Brasil (2019), enquanto a Estratégia da Dissuasão considerará o Entorno Estratégico brasileiro e o contexto global.

Nessa perspectiva, a Estratégia da Presença caracteriza-se sob dois aspectos fundamentais:

primeiro, direcionado à expressão militar, no qual a presença militar, no território nacional, tem por finalidade cumprir a destinação constitucional, sendo efetivada pela criteriosa articulação das organizações militares no território e pela capacidade de rápido deslocamento de tropas para qualquer região do País, caracterizando a mobilidade estratégica; no segundo aspecto, direcionado às expressões psicossocial e política, baseia-se no desenvolvimento da mentalidade de defesa e pela integração da expressão militar à sociedade. As Estratégias da Dissuasão e da Presença estão mutuamente ligadas, ou seja, o sucesso de uma contribui para o êxito da outra. (BRASIL, 2019, p. 8)

Em relação à Estratégia da Dissuasão:

No contexto global, o Brasil não é o Estado mais forte, tampouco o mais fraco. Assim, deve-se mostrar aos possíveis agressores, que a resposta será de tal forma violenta e efetiva, que sua vitória será muito improvável e, mesmo nesse caso, suas perdas cobrariam um preço impagável. (BRASIL, 2019, p. 8)

Realizando-se uma análise histórica aos aspectos que caracterizam as estratégias da Presença e da Dissuasão no Brasil, verificam-se alguns períodos cuja importância é imperativa, os quais passam a ser tratados a seguir.

A organização militar dos primeiros habitantes do Brasil era pouco desenvolvida, principalmente se comparada com os outros habitantes da América Central e do Sul. Com a chegada dos portugueses, em 22 de abril de 1500, o Brasil passou a adotar a estratégia militar da Metrópole. Assim, pode-se dizer que os princípios das estratégias da presença e da dissuasão (sem essa denominação à época) já caminhavam juntos desde então.

Em grande parte, as estratégias da Presença e da Dissuasão foram marcadas pela construção de fortificações durante todo o período do Brasil Colônia.

A invasão holandesa em Pernambuco teve a necessidade da reação militar por parte de Portugal como consequência. A Batalha de Guararapes ocorreu na região dos Montes Guararapes, localizado próximo a Recife, tendo a primeira batalha ocorrido em 19 de abril de 1648. Essa data representa, até os dias atuais, a gênese do Exército Brasileiro, tendo lutado de forma conjunta, naquela batalha, brancos, índios e negros.

O General Carlos de Meira Mattos assinalou que o Governo, durante o período do Brasil Império (1822 – 1889), procurou “ocupar a sua fronteira mais longínqua,

mesclando a arma de defesa e a enxada da fixação econômica do homem à terra” (MATTOS, 2011, p.112-113), criando as colônias militares.

A colônia militar, sob o regime e a disciplina castrense (administração militar), foi um empreendimento agrícola-militar. Cabia aos militares a consecução de obrigações militares e de tarefas relacionadas: à manutenção das edificações, das picadas e das estradas; ao cultivo da terra; e à criação de animais. Assim, durante o Governo Imperial do Brasil, nomeadamente no Segundo Reinado (1840 – 1889), apesar de todos os desafios e restrições enfrentados, os reduzidos contingentes militares e seus familiares (soldados-colonos) desempenharam papel relevante na vanguarda da colonização das fronteiras internas, impulsionando o povoamento e o desenvolvimento econômico no longínquo sertão ocidental brasileiro, bem como no avanço da vivificação das fronteiras nacionais, cooperando para assegurar a defesa, a soberania e a consolidação das fronteiras estratégicas nacionais com países vizinhos, como a Guiana Francesa, a Argentina e o Paraguai (BARROS, 1980; FERRARI, 2020; GARNER, 1998; VENSON; MYSKIW, 2018).

O Exército, em 1889, era uma força pouco numerosa, composta de aproximadamente 13.500 homens, divididos pelo território brasileiro em 50 quartéis. O

Exército também administrava colônias militares no Rio Grande do Sul, Santa Catarina, São Paulo, Mato Grosso, Goiás, Pará e Amazonas, o que fornecia a percepção institucional das condições nas regiões de fronteira (MCCANN, 2009).

Apesar do reduzido efetivo e do atraso operacional, o Exército aplicou com êxito sua estratégia da Presença até o final do século XIX, mantendo a integridade territorial.

Na década de 1920, o Exército reorganizara-se, estabelecendo um padrão elevado de treinamento com base na assessoria da missão francesa e melhorara suas instalações e armamento. Assim, a Força Terrestre (F Ter) estava em melhores condições de se fazer presente em todo território nacional, garantindo a soberania e a integração nacional.

Mais uma vez, a evolução do Exército contribuiu para a melhoria na execução da Estratégia da Presença, por meio da distribuição e articulação da F Ter ao longo do País, reforçada pela mobilidade estratégica que passou a permitir o deslocamento de forças de forma rápida e oportunamente para qualquer parte do território, e da Dissuasão, pois passou a possuir forças suficientemente poderosas e aptas ao emprego imediato, capazes de desencorajar qualquer agressão militar pela capacidade de revide que representavam.

Além dos aspectos doutrinários e de articulação da Força Terrestre, houve grande

preocupação e busca pela modernização e nacionalização dos equipamentos militares. O processo de reorganização do Exército e a aquisição de materiais nacionais proporcionaram o desenvolvimento da indústria bélica nacional (RODRIGUES, 2020) e, consequentemente, maior poder dissuasório do Brasil.

Para promover a efetiva integração da Região Norte com o restante do País, o governo brasileiro elaborou o Programa Calha Norte, no ano de 1985, com a finalidade de realizar o desenvolvimento socioeconômico da área ao norte da calha dos rios Solimões e Amazonas.

O Programa Calha Norte é um programa civil e militar, cujas ações pioneiras foram: incrementar as relações bilaterais com os países fronteiriços; aumentar a presença militar na área; intensificar as campanhas de recuperação dos marcos limítrofes; e definir uma política indigenista apropriada na região, contribuindo diretamente para a consecução dos objetivos previstos nas estratégias da presença e da dissuasão.

Para o Exército Brasileiro, a década de 1990 foi marcada por uma nova reestruturação da Força Terrestre, tendo sido definidos três lapsos temporais: um de curto prazo (5 anos), outro de médio prazo (15 anos) e um terceiro de longo prazo (30 anos).

Esse projeto de transformação foi nomeado de FT 90 (Força Terrestre 90),

referente ao plano de curto prazo, que compreendia os anos de 1986 a 1990; FT 2000, médio prazo, de 1986 a 2000; e FT 21, longo prazo, de 1986 a 2025. Cada fase desse planejamento possuía objetos e metas distintas, os quais visavam à adaptação da F Ter aos novos desafios de Defesa Nacional.

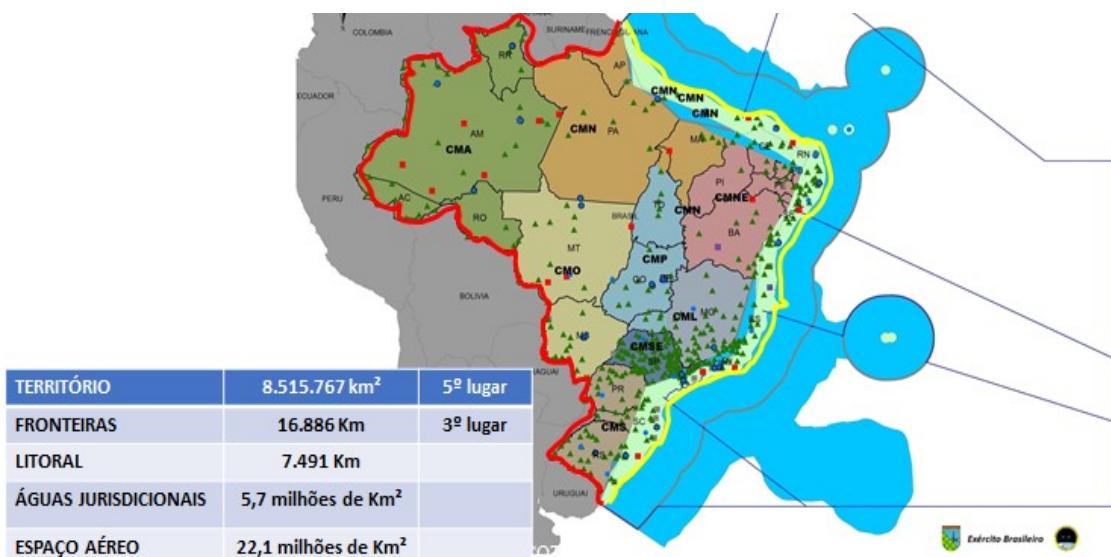
A FT 90 objetivava diminuir a defasagem de tecnologia do Exército por meio da aquisição de novos meios e equipamentos militares. A FT 2000 tinha como objetivo principal dar continuidade às mudanças propostas pela FT 90. A FT 21 foi revogada pelo atual processo de transformação do Exército. Igualmente, as duas primeiras fases representaram importante avanço para a F Ter.

A partir do ano de 2010, iniciou-se o novo processo de transformação do Exército Brasileiro. Esse processo teve como condutor o *Projeto de Força* (PROFORÇA), um projeto de longo prazo (ano de 2031), composto de oito vetores de transformação:

recursos humanos, educação e cultura, ciência e tecnologia, doutrina, engenharia, gestão, logística, preparo e emprego, e orçamento e finanças (RODRIGUES, 2020). Desta maneira, foram definidas diversas capacidades que devem ser adquiridas durante a execução do projeto. Dentre elas, a projeção de poder, a atuação no espaço cibernetico e a interoperabilidade e a complementariedade, diretamente ligadas à Estratégia da Dissuasão extrarregional. Ainda, outra capacidade almejada no PROFORÇA é a de concluir a integração e ocupação da Região Amazônica, capacidade que vai ao encontro da Estratégia da Presença.

Considerando o exposto, a história da Presença militar do Exército Brasileiro legou ao País uma excelente capilaridade em todo o território nacional, porém, considerando-se os números continentais do Brasil, como área geográfica, fronteiras etc., conforme **figura 1**, ficam as indagações de como proteger e controlar esse imenso território.

Figura 1: Brasil e suas dimensões



Fonte: adaptado pelos autores de palestra do EB.

Estratégias da Presença e da Dissuasão face às demandas da Defesa Nacional

Portanto, as análises realizadas nos capítulos seguintes trarão algumas respostas a essas indagações, contribuindo para o aperfeiçoamento das Estratégias da Presença e da Dissuasão no âmbito do Exército Brasileiro.

2. Os desafios futuros e seus impactos nas estratégias da Presença e da Dissuasão

2.1. Documentos estudados

Com o propósito de melhor entender os desafios que o futuro pode apresentar, foram estudados os seguintes documentos, ilustrados pela **figura 2**: Cenário de Defesa 2040, do Ministério da Defesa do Brasil; Brasil 2035: Cenários para o Desenvolvimento, do IPEA; Cenários Prospectivos Força Terrestre – 2035, do

Centro de Estudos Estratégicos do Exército; Visão 2035: Brasil, País Desenvolvido, do BNDES; *Preparing the Future*, publicado no *RUSI Journal do Royal United Services Institute* em 2016; *Global Trends 2030, The World in 2030, Trends, Points Inflections, Challenges and Opportunities*; e *Strategic Trends Programme – Future Operating Environment 2035*, do Ministério da Defesa do Reino Unido.

Além desses, foram consultados também o Plano Nacional de Logística 2035 (Versão Preliminar) da Empresa de Planejamento de Logística (Diretoria de Planejamento), publicado em março de 2021; e o *Multi-domain Battle: Evolution of Combined Arms for the 21th Century – 2025-2040*, do Exército Norte-americano.

Figura 2: Documentos e cenários prospectivos



Fonte: Google Imagens.

2.2. Desafios identificados com impacto para o setor de Defesa

Dentre os muitos desafios que se apresentam como possibilidade no futuro de médio prazo, considerando os vários cenários analisados para esta pesquisa, foram identificados alguns desafios em comum com maior probabilidade de impacto para o setor de defesa, conforme **figura 3**.

O incremento da robotização do campo de batalha, o aumento da ocorrência dos conflitos em ambientes urbanos, o aumento

de ações no ambiente informacional e no espaço cibernético, a incidência cada vez maior de ações de guerra híbrida, todos no contexto de um ambiente caracterizado como multidomínio, são uma realidade com tendência de propagação pelas próximas décadas. Além desses, apresentam-se à realidade nacional a restrição de recursos de defesa, a diminuição do efetivo das Forças Armadas e o recrudescimento do tema ambiental.

Figura 3: Desafios às Estratégias da Presença e da Dissuasão



Fonte: os autores.

2.3. Impactos dos desafios nas Estratégias de Presença e da Dissuasão

Há desafios que impactam de modo negativo nas estratégias estudadas. Os avanços cada vez mais surpreendentes no campo da Ciência, Tecnologia e Inovação aumentam a defasagem tecnológica entre o Brasil e o mundo desenvolvido, fato esse agravado pelas dificuldades da Base Industrial de Defesa Nacional para entregar as capacidades necessárias com agilidade e com uma dissuasão mais efetiva.

A diminuição de efetivos e a restrição orçamentária impostas por instrumentos legais agravam as dificuldades para o cumprimento das missões constitucionais e limitam a capacidade de investimento das Forças Armadas. Ainda, dificuldades ligadas à mobilidade estratégica prejudicam a presença e a dissuasão.

Por outro lado, esses desafios impulsionam a Força na direção da prospecção tecnológica, com o fim de aumentar a capacidade operacional, o estado de prontidão das tropas de pronto emprego e a projeção de força, bem como estimulam a realização de ações no campo informacional, utilizando a comunicação estratégica para incrementar aspectos intangíveis da presença e da dissuasão.

2.4. O Antiacesso e Negação de Área (A2/AD)

Um dos objetivos transversais do

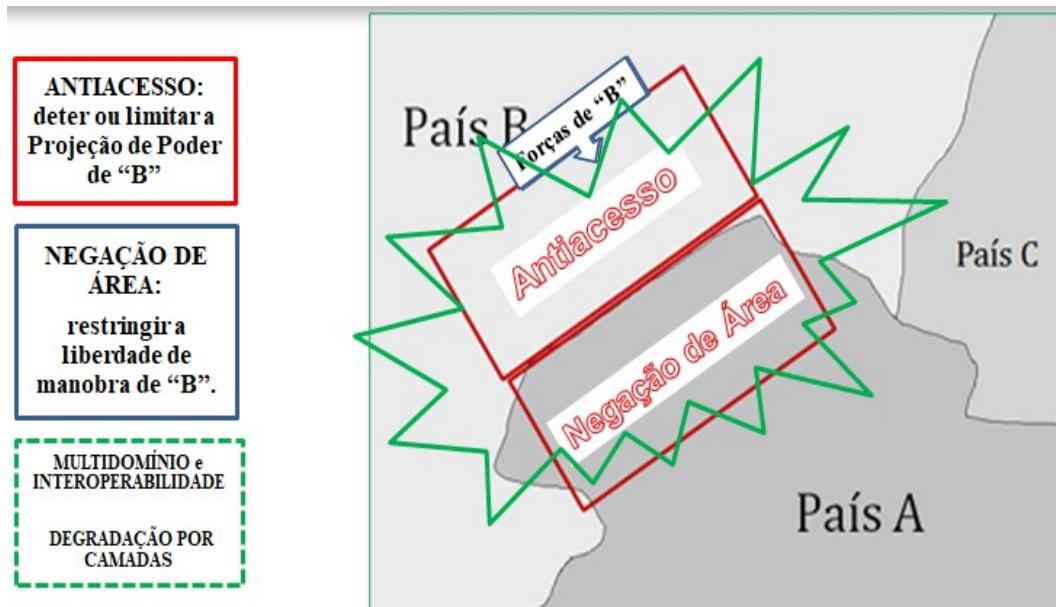
Projeto Básico do PI do CPEAEx (Presença e Dissuasão) foi abordar o impacto do conceito estratégico Antiacesso e Negação de Área, conhecido também pela sigla em inglês A2/AD (*Antiaccess/ Area Denial*). Recentemente, a doutrina do Exército iniciou o acolhimento desse conceito com a edição do novo manual do Grupo de Artilharia Antiaérea (EB70-MC-10.365).

Por sua definição, as operações de antiacesso visam a impedir ou restringir a projeção de força de um país em território de outro. Caso isso não surta os efeitos desejados, são desencadeadas as operações de negação de área, que têm a finalidade de restringir a liberdade de ação de forças inimigas dentro do território ocupado. Tudo isso dentro de um ambiente multidomínio e de degradação contínua do inimigo por camadas, conforme demonstrado na **figura 4**.

Para o estudo da aplicação do Conceito Estratégico A2/AD, selecionou-se a Rússia, o que permitiu perceber a existência de uma série de *clusters*¹ de A2/AD naquele país, desdobrados desde o tempo de paz, face ao seu principal competidor no Ocidente, a Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN), como ferramenta de dissuasão convencional, conforme pode ser visualizado na **figura 5**.

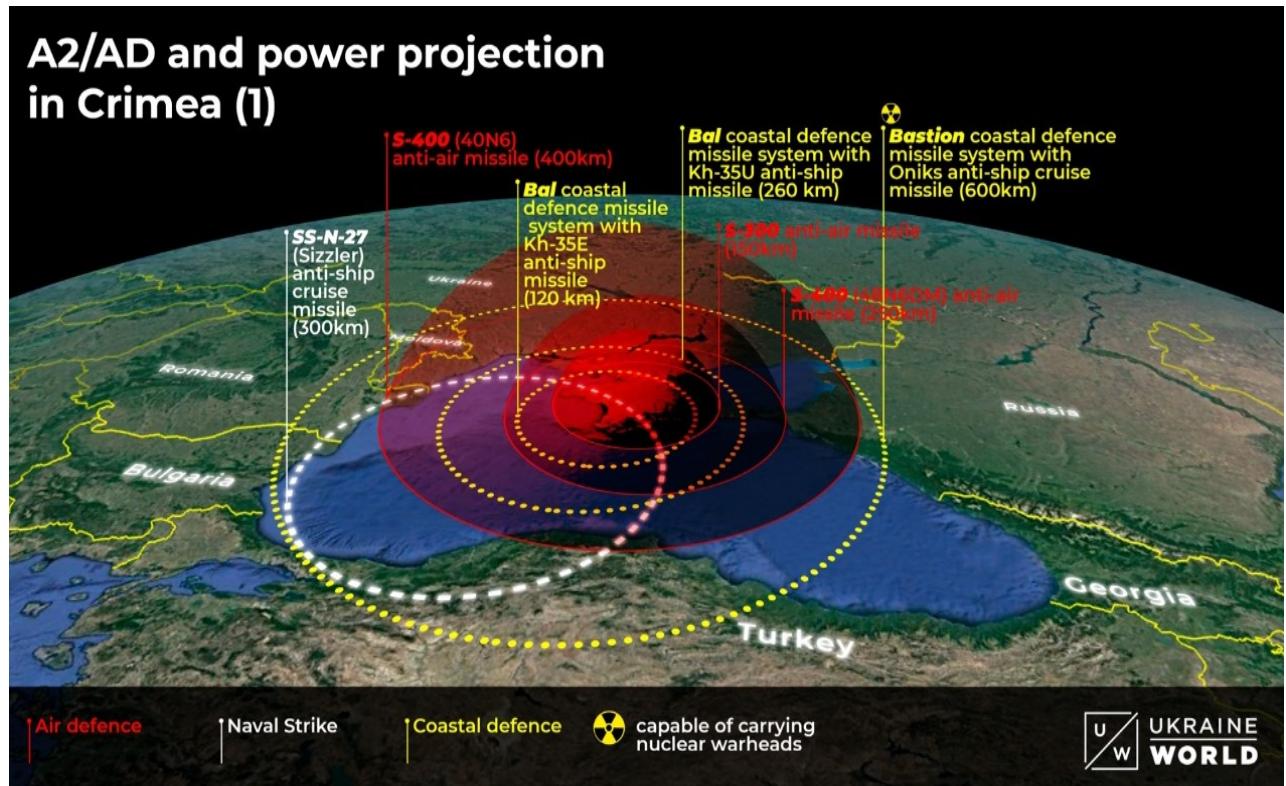
¹*clusters* termo em inglês que significa “aglomerar” ou “aglomerado” e é costumeiramente aplicado em muitos contextos.

Figura 4: Antiacesso e Negação de Área



Fonte: os autores com base Júnior, 2020.

Figura 5: Visualização dos alcances dos Sistemas de Armas Cinéticas do Cluster A2/AD Russo na Crimeia



Fonte: CSIS Missile, <https://bit.ly/2jaux3;Union>,
<https://bit.ly/2OAJ4SP>; Defense Express.

Por outro lado, o Exército Norte-americano está desenvolvendo a criação de uma Força-Tarefa Multidomínio que possa ser projetada junto com as forças militares em operações, ao redor do mundo, em um viés de emprego ofensivo, conforme pode ser visto na **figura 6**, um referencial para estudos no EB.

Caso o Exército Brasileiro faça a opção por adotar a estratégia de A2/AD, terá que investir na obtenção de um conjunto de novas capacidades, tais como mobilidade estratégica e interoperabilidade, dentre outras.

3. As estratégias da Presença e da Dissuasão no Brasil e em outros países

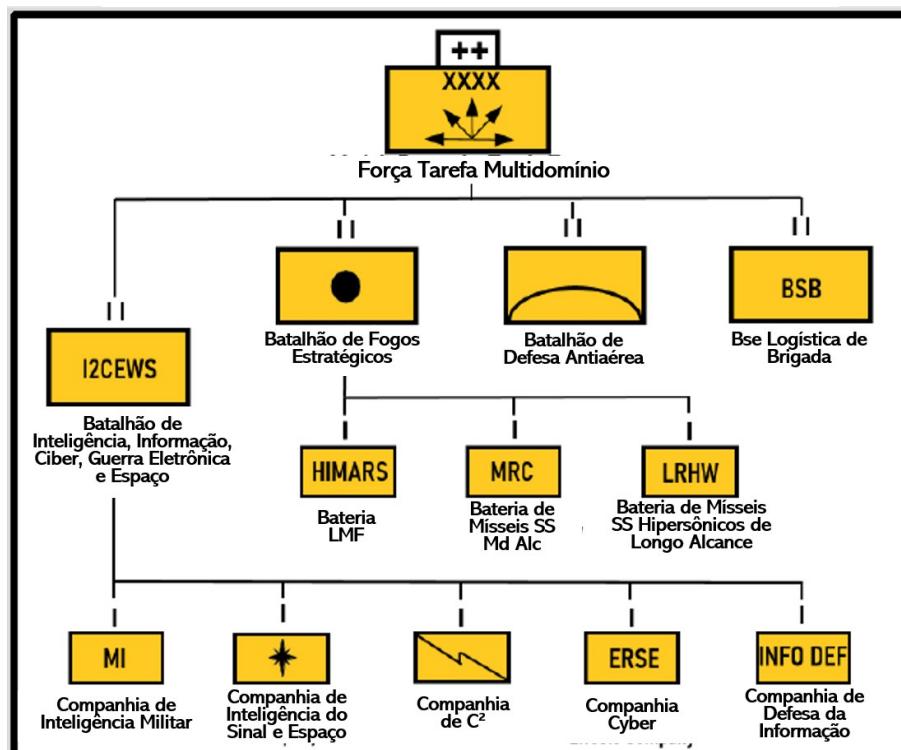
3.1. No Brasil

3.1.1. Exército Brasileiro

A contextualização das estratégias da Presença e da Dissuasão no nível político tem uma abordagem ampla, que as identifica de forma não dissociativa, isto é, são interdependentes.

Para que se identifique como a política interpreta e define as estratégias da Presença e da Dissuasão, é necessário buscar o arcabouço teórico que embasa os demais desdobramentos no setor de Defesa. O Livro Branco de Defesa Nacional (LBDN), em

Figura 6: Força-Tarefa Multidomínio



Fonte: *U.S. Army Operating Concept (TRADOC Pamphlet 525-3-1)*

conjunto com a Estratégia Nacional de Defesa (END) e a Política Nacional de Defesa (PND) dão base à visão política e direcionam assuntos que visem à soberania do País.

Ao estabelecer diretrizes, os documentos supramencionados permitem o desenvolvimento de demais processos no estabelecimento dos objetivos setoriais para a área de Defesa. Segundo o *Livro Branco de Defesa* (2020, p. 14):

A Defesa Nacional, além de ser importante vetor para a preservação da Soberania Nacional, também possibilita a manutenção da integridade territorial, a consecução dos objetivos nacionais, a proteção ao povo e a garantia de não ingerência externa no território nacional e em suas águas jurisdicionais, inclusive no espaço aéreo sobrejacente, no leito dos rios e no subsolo marinho.

Diante dessa assertiva, é possível observar a vertente direcionada às duas estratégias em questão. É fato que a garantia da não ingerência externa necessita impor uma capacidade dissuasória plena, o que contribuirá para a soberania nacional.

As áreas de interesse abrangem, inclusive, o espaço marítimo do país, que pelo seu valor global, é alvo de cobiça e fator de preocupação por parte do Governo. Não se define sua extensão pelo simples desejo da Nação, sendo necessárias diplomacias específicas, considerando que interfere em vários cenários mundiais.

A Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar (CNUDM), cujas resoluções foram ratificadas pelo Brasil, estabeleceu importantes conceitos para a

regulação dos limites no mar, quais sejam: um mar territorial (MT), onde o Estado exerce soberania plena; uma zona contígua (ZC), dentro da qual o Estado costeiro pode tomar medidas de fiscalização aduaneira, fiscais, de imigração, sanitária e reprimir infrações às leis e aos regulamentos cometidas no território ou no mar territorial; e uma zona econômica exclusiva (ZEE), na qual o Estado costeiro tem direitos de soberania para fins de exploração e aproveitamento, conservação e gestão dos recursos naturais à luz da CNU (BRASIL, 2020, p. 20).

Assim como foi estabelecido no Livro Branco de Defesa, o papel dissuasório do Estado mostra-se como ferramenta da manutenção da paz e da segurança nacional. Estando presentes nos diversos pontos do País, as FA, de forma permanente, temporária ou remota, denotam a efetivação da estratégia da Dissuasão para assegurar a sua soberania.

Já no nível do Exército Brasileiro, de acordo com a sua Concepção Estratégica (BRASIL, 2019), o EB prioriza as estratégias da Dissuasão e da Presença. Desta forma, a seguir, serão abordadas as formas como essas estratégias se materializam na Instituição.

Como já citado anteriormente, a estratégia da Presença, no EB, caracteriza-se, basicamente, pelos aspectos militar, psicossocial e político (BRASIL, 2019).

Segundo o LBDN (Brasil, 2020), a Estratégia da Presença caracteriza-se pela presença militar, no território nacional e suas extensões, com a finalidade de cumprir a destinação constitucional e as atribuições subsidiárias. É efetivada não só pela

criteriosa articulação das organizações militares no território, mas também pela capacidade de rápido deslocamento para qualquer região do País, quando necessário.

Como já mencionado neste trabalho, a atual Concepção Estratégica do Exército Brasileiro também menciona a Dissuasão.

O Manual de Campanha de Estratégia (BRASIL, 2020) preconiza que a Estratégia da Dissuasão se caracteriza pela manutenção de forças militares suficientemente poderosas e prontas para emprego imediato, capazes de desencorajar qualquer agressão militar (BRASIL, 2020). A Dissuasão é a primeira ação, a fim de evitar crises e permitir que a sociedade brasileira resista a pressões oriundas de qualquer ator.

O Brasil adota uma postura estratégica baseada na existência de uma estrutura militar com credibilidade, capaz de gerar efeito dissuasório. No contexto de um plano mais amplo de defesa e a fim de reprimir uma possível agressão armada, o País empregará todo o poder militar necessário e suas reservas mobilizáveis, com vistas à decisão do conflito no prazo mais curto possível e com o mínimo de danos à integridade territorial e aos interesses nacionais, buscando condições favoráveis para o restabelecimento da paz (BRASIL, 2020).

A dissuasão pode ser adotada segundo duas posturas: defensiva e ofensiva. No caso do Brasil, a PND define a atitude defensiva,

embasando-a na valorização da ação diplomática como instrumento primeiro de solução de conflitos e em posicionamento estratégico abalizado na existência de capacidade militar com capacidade e credibilidade.

O Objetivo Estratégico (OEE) Nr 1 do Plano Estratégico do Exército 2020-2023 é “contribuir com a dissuasão extrarregional”. Para isso, utilizar-se-á de duas estratégias: (1) ampliação da capacidade operacional e (2) ampliação da mobilidade e da elasticidade da força.

Segundo Rocha Paiva (2010), a dissuasão tem caráter preventivo e deve ser vista como um meio e não um fim. Para esse autor, é importante entender que, além do propósito de garantir a consecução de interesses, a dissuasão, também, visa a evitar a escalada de uma crise a ponto de levar ao emprego do poder militar de forma ampla e prolongada, configurando um conflito armado.

De acordo com Gomes (2006), verificam-se algumas características necessárias para um poder militar brasileiro dissuasório: excelente preparo profissional; articulação moderna voltada para a defesa externa; estrutura organizacional otimizada com dotação completa; autonomia tecnológica com capacidade de neutralização da superioridade tecnológica de Forças Armadas (FA) oponentes; e integração e interoperabilidade com as demais FA do

País.

É possível identificar diferentes aspectos que apontam para a complementaridade entre as estratégias da Presença e da Dissuasão, a maioria deles ligada à articulação do poder de combate distribuído pelo território nacional. Essa distribuição de meios, intimamente ligada à estratégia da Presença, gera capacidades empregadas no exercício diurno da Dissuasão.

Isso ocorre, por exemplo: com a presença das tropas na fronteira, que produz conhecimento, integração e dissuasão, sobretudo, perante ameaças não estatais; com a distribuição de forças em atendimento ao equilíbrio estratégico, perante países vizinhos; ou, ainda, com o desenvolvimento da mentalidade de defesa na sociedade.

Parcialmente, do estudo dos diversos documentos citados, verificou-se uma preponderância dos aspectos associados à Dissuasão em relação à Presença, tendo em vista a estratégia da Dissuasão ser considerada, nesses documentos, como a primeira a ser empregada, procurando-se evitar, assim, o conflito armado.

3.1.2. Marinha do Brasil (MB)

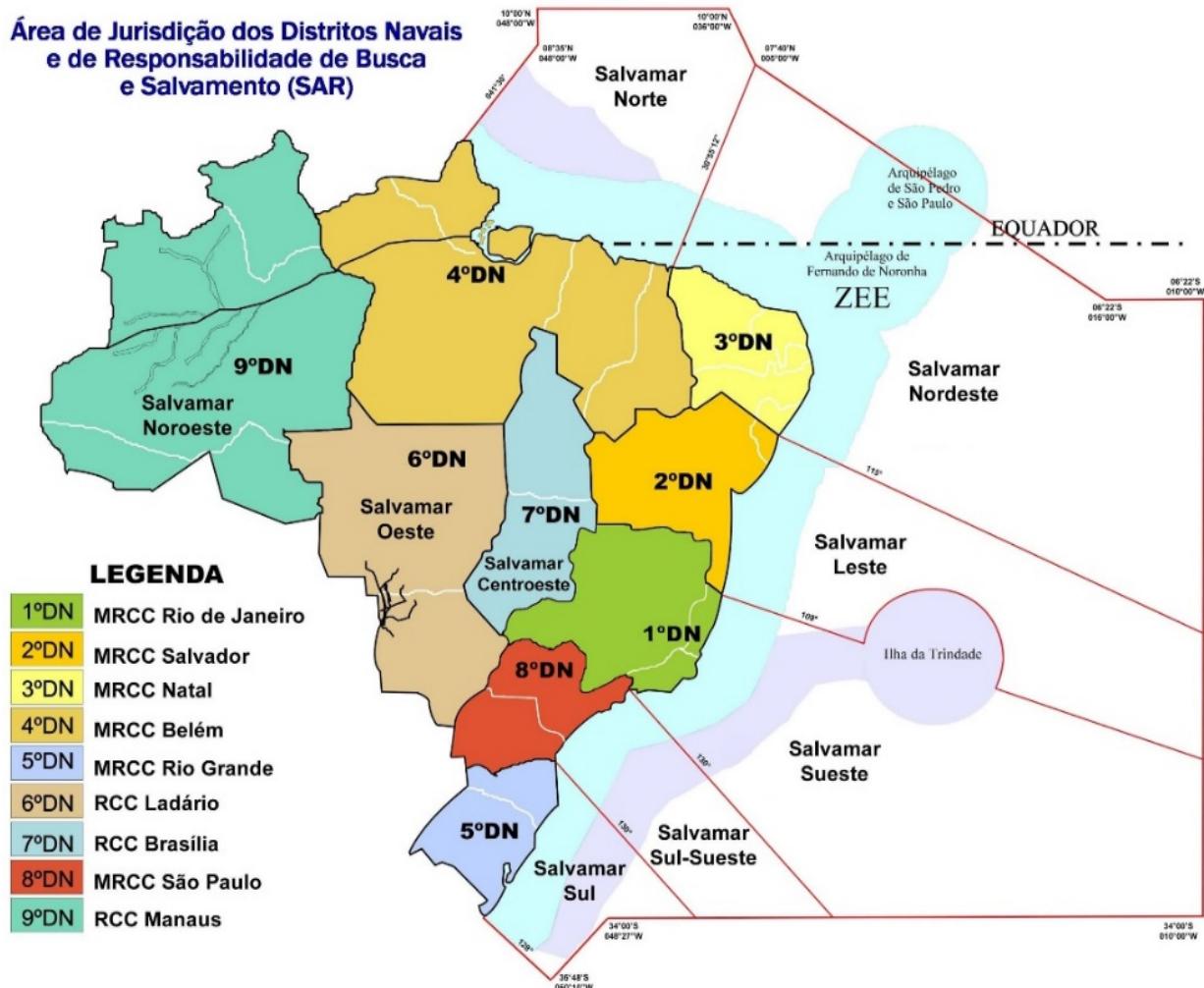
O Poder Marítimo é a projeção do Poder Nacional, resultante da integração dos recursos de que dispõe a Nação para a utilização do mar e das águas interiores, visando à conquista e à manutenção dos

objetivos nacionais, sendo constituído pelos seguintes componentes das expressões do Poder Nacional, relacionados com a capacidade de utilização do mar e das águas interiores: a Marinha Mercante; a infraestrutura marítima e hidroviária; as indústrias navais e bélicas de interesse naval; a indústria de pesca; organizações de desenvolvimento tecnológico de interesse para o uso do mar; organizações e meios de exploração e aproveitamento dos recursos do mar; pessoal que desempenha atividades relacionadas com o mar e águas interiores; e o Poder Naval.

O Decreto nº 2.153, de 20 FEV 1997, estabelece e organiza as Forças Navais, Aeronavais e de Fuzileiros Navais da Marinha, dispondo sobre as áreas de jurisdição dos Comandos de Distritos Navais, definindo nove áreas, conforme a **figura 7**.

Há quatro características que devem ser exploradas pelo Poder Naval: a mobilidade, a permanência, a versatilidade e a flexibilidade. A mobilidade relaciona-se com a capacidade de deslocar-se a grandes distâncias, em condições de emprego imediato. A permanência representa a capacidade de operar, contínua e independentemente por longos períodos, em áreas distantes e de grandes dimensões. A versatilidade indica a possibilidade de alteração da postura militar, exercendo uma ampla gama de tarefas, considerando diferentes níveis de prontidão aplicáveis a

Figura 7: Área de Jurisdição dos Distritos Navais



Fonte: MARINHA DO BRASIL, 2021.

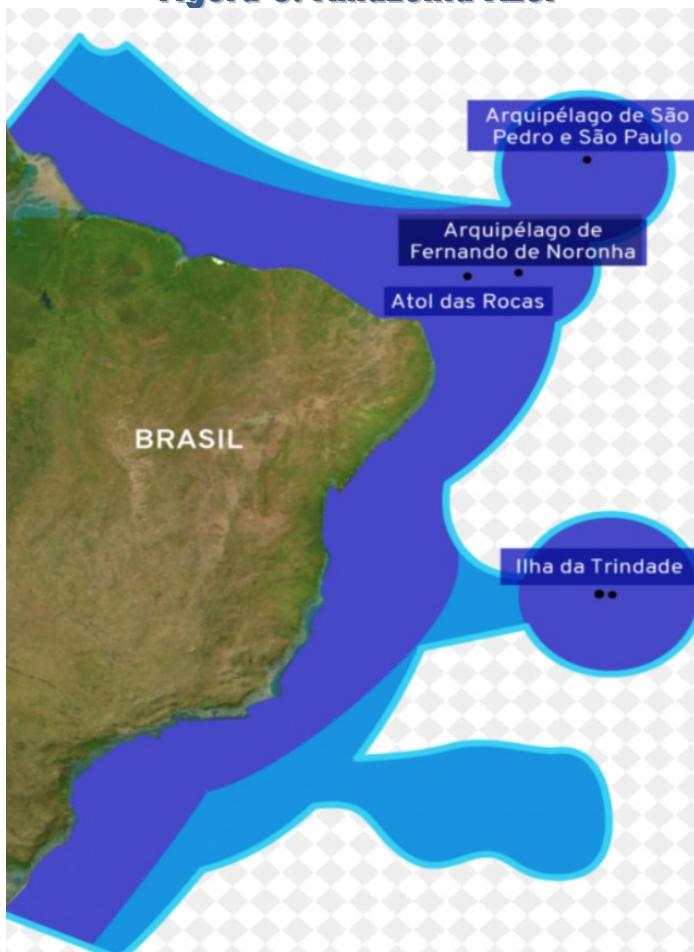
distintos cenários, operando ofensiva ou defensivamente, contra alvos submarinos, de superfície, aéreos, terrestres ou cibernéticos, em operações singulares, conjuntas ou combinadas. A flexibilidade liga-se à capacidade de organizar-se em grupamentos operativos em função da missão, tendo diferentes valores e possibilitando um emprego gradativo.

Dentro das áreas de jurisdição de cada Distrito Naval (DN), a MB exerce suas atividades que demonstram constante presença, por meio da execução de operações navais, aeronavais, e de fuzileiros navais, controla atividades relativas à Segurança da Navegação, Patrulha e Inspeção Naval além de Socorro e Salvamento, realizando, também, trabalhos de Assistência Cívico-Social às populações ribeirinhas. Ressaltam-

se, ainda, as atividades de relacionamento com a sociedade, dentre as quais se destacam as *Sociedades de Amigos da Marinha* (SOAMAR), organizadas visando à atuação no desenvolvimento e na integração da MB com a sociedade local, promovendo uma vertente intangível de presença.

Nesse contexto, destaca-se a Amazônia Azul, área de 3,5 milhões de quilômetros quadrados de espaço marítimo, sob jurisdição brasileira, onde somente o Brasil pode explorar economicamente, de importância similar à floresta amazônica, apresentada na **figura 8**.

Figura 8: Amazônia Azul



Fonte: MARINHA DO BRASIL, 2021.

A Projeção de Poder sobre terra significa transpor a influência do Poder Naval sobre uma área terrestre de interesse, por meio da execução de operações anfíbias, de ataque, especiais, de defesa de porto ou operações terrestres de caráter naval. Para isso, depende da disposição de uma força com capacidade expedicionária, em permanente condição de pronto-emprego que assegure a capacidade necessária de projetar poder sobre terra: um Conjugado Anfíbio, Força Naval com um Grupamento Operativo de Fuzileiros Navais.

A Contribuição para a Dissuasão apresenta-se na conjunção das tarefas anteriores, que indica a existência de uma força balanceada entre componentes de superfície, anfíbio, aéreo e submarino, com alto grau de mobilidade, que possibilite dissuadir a presença de concentração de forças hostis nas águas de interesse nacional, como a Amazônia Azul. Para isso, é necessário que se tenha o potencial para dissuadir, que se concretiza pela existência de um Poder Naval que inspire credibilidade.

Nesse contexto, destaca-se o projeto e a construção do submarino com propulsão nuclear brasileiro SN-BR, que visa a atender às diretrizes estabelecidas na Estratégia Nacional de Defesa, acrescentando uma nova dimensão ao Poder Naval de nosso País. A posse deste meio naval contribuirá, significativamente, para assegurar a soberania nas águas jurisdicionais brasileiras, garantindo ao Brasil inegáveis capacidades de dissuasão e

negação do uso do mar.

3.1.3. Força Aérea Brasileira (FAB)

De acordo com a *Doutrina Básica da FAB - DCA 1-1/2020*, as características do poder aeroespacial, após inúmeras observações do emprego de aeronaves em conflitos armados e em situações de não guerra, podem ser fatores de potencialização de uma força armada ou podem ser limitadoras de seu emprego por parte de uma força oponente. Essas características são as seguintes: alcance; flexibilidade ou versatilidade; mobilidade; penetração; perspectiva; precisão; pronta resposta; tecnologia; velocidade; custos; dependência de tecnologia; dependência de infraestrutura; fragilidade; necessidade de comando e controle; necessidade de inteligência e de constrainteligência; permanência; restrição de carga útil; e sensibilidade às condições meteorológicas.

A Estratégia de Presença, na Força Aérea Brasileira, deve ser entendida, inicialmente, segundo as características do Poder Aeroespacial. Entendendo as características do Poder Aeroespacial, é possível compreender como se aplica essa Estratégia na FAB. Ela deve ser entendida como temporária, seja na manutenção de aeronaves no ar, ou na capacidade de satélites permanecerem no ponto de interesse. Tratando-se de vetores aéreos,

portanto, deve-se enfatizar que sua permanência é temporária, seja pelas limitações de autonomia, seja pela fadiga das tripulações.

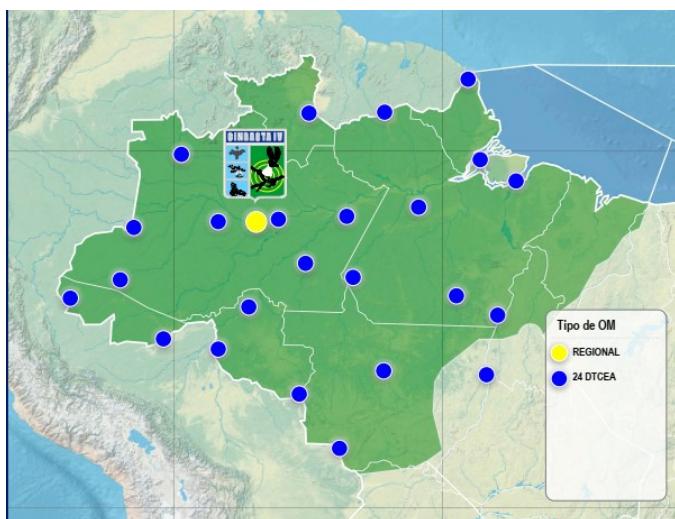
Devido à característica de fragilidade dos meios aéreos, não se concebe o estabelecimento dos mesmos próximos o suficiente do território inimigo de forma a colocá-los em situação de vulnerabilidade, não deixando de compreender que as características são válidas, igualmente, para o inimigo. Assim, os meios de Força Aérea, nos aspectos de capacidade de defesa e potencial ofensivo, devem ser posicionados suficientemente distantes da linha de combate, de forma a garantir sua integridade, mas, por outro lado, a uma distância que permita seu alcance e penetração, para ações ofensivas.

Isso posto, fica claro que o conceito de presença para o Poder Aeroespacial possui peculiaridades e não acompanha os conceitos tradicionais das outras Forças. A presença como estratégia, em termos práticos, é implícita na missão da FAB, expressa da seguinte forma: “Manter a Soberania do Espaço Aéreo e integrar o Território Nacional, com vistas à Defesa da Pátria” (BRASIL, 2018, p.11).

Como parte importante do *Sistema de Controle do Espaço Aéreo Brasileiro* (SisCEAB), os *Destacamentos de Controle do Espaço Aéreo* (DTCEA) são elementos importantes para a garantia dessa Estratégia.

É uma “organização da estrutura do Departamento de Controle do Espaço Aéreo que presta os serviços de tráfego aéreo, telecomunicações, informação aeronáutica e meteorológica nas diversas localidades de interesse da aviação” (BRASIL, 2021). Com isso, tornam-se a extensão do Comando da Aeronáutica, estando presentes em todo o território nacional, ressaltando as fronteiras Norte e Oeste, conforme **figura 9**, que demonstra os Destacamentos na Região Amazônica e a área de responsabilidade do Comando da Aeronáutica naquela região.

Figura 9: Distribuição das unidades do Departamento de Controle do Espaço Aéreo na Região Amazônica



Fonte: COMAER (2018).

A Dimensão 22 corresponde a uma área de 22 milhões de km^2 , um cenário tridimensional que a Força Aérea Brasileira protege por meio das ações de Controlar, Defender e Integrar. Seja pelo Controle do Espaço Aéreo, pelas ações ligadas ao patrulhamento da costa, pelo serviço de

busca e salvamento em atendimento aos acordos internacionais ou pelo monitoramento da Amazônia por satélites, a expressão de presença da Aeronáutica brasileira é abrangente e não se resume à presença física.

3.2. Em outros países

3.2.1. Na África do Sul

A África do Sul possui uma área continental de 1.219.090 km^2 , contando também com áreas insulares (*Marion Island* - 298 km^2 e *Prince Edward Island* - 47 km^2). A área total de controle marítimo do país chega a 4.340.000 km^2 . Sua maior extensão (SW-NE) é de aproximadamente 1.800 km e sua menor (S-N) é de aproximadamente 800 km.

A extensa fronteira terrestre é, quase na totalidade, caracterizada como fronteira “seca”, semelhante a trechos das fronteiras brasileiras, dificultando o controle do acesso. Apesar da extensa faixa litorânea, esta não oferece bons portos naturais, o que dificulta a acessibilidade ao país por esse meio. A posição dominante sobre a rota do Cabo das Agulhas propicia grande importância estratégica.

Os atuais documentos que tratam da segurança e da defesa da África do Sul são o Livro Branco de Defesa (1996), a *Defense Review 2015* e o *Strategic Plan 2020-2025*. Cada um deles estabelece os principais aspectos relativos às forças de defesa do país,

sua concepção estratégica, os objetivos e metas de curto, médio e longo prazo. Além disso, os documentos do nível estratégico servem como instrumentos para nortear a destinação de recursos financeiros para o desenvolvimento e obtenção de capacidades militares.

Com relação à África do Sul, não foram encontrados dados, nas fontes consultadas, que abordassem, de forma clara, algum tipo de estratégia, tanto da presença quanto da dissuasão. No entanto, foi possível observar que o país adota uma postura defensiva, organizando seus meios militares para dissuadir possíveis ameaças, dentro das hipóteses de emprego e segundo os cenários possíveis.

Referente à presença, foi possível observar que a África do Sul prioriza dispor seus meios militares nos principais centros do país, próximo, ainda, das estruturas críticas, em detrimento da faixa de fronteira. Uma grande faixa da fronteira com a Namíbia e com o Botswana, com 2.413 km de extensão, permanece quase totalmente desguarnecida, contando com apenas um batalhão mecanizado e dois batalhões motorizados, estes últimos estão localizados mais próximos aos grandes centros do país. No entanto, a nova estrutura prevista para o Exército sul-africano contará com novas 9 (nove) brigadas, com uma sede de Quartel General em cada uma das 9 (nove) províncias, o que aponta para maior presença

das forças terrestres pelo país.

Com relação à distribuição dos meios militares pela área geográfica da África do Sul, particularmente do seu Exército, observa-se o posicionamento de maior número de tropas em regiões estratégicas do país. Esse posicionamento traduz-se em uma estratégia de presença seletiva, priorizando grandes centros e estruturas críticas vitais do país. Tal estratégia poderia ser avaliada pelo EB, tendo em vista a dimensão do território, a extensa faixa de fronteira e o grande número de regiões e estruturas críticas existentes no Brasil

Ainda com relação à estratégia da presença, a distribuição dos meios, observada na África do Sul, tem como focos a operacionalidade e a defesa. As regiões onde se concentram a maior parte das forças de defesa não são vazios demográficos ou áreas carentes da presença ou da ação do Estado. Assim, com base no modelo sul-africano para a distribuição dos meios terrestres, o EB poderia avaliar o posicionamento de suas OM, priorizando o cumprimento de suas missões constitucionais, em detrimento do aspecto psicossocial da presença.

3.2.2. No Chile

O Chile não possui um manual que contemple a definição e os tipos de estratégias adotadas. Entretanto, baseia-se no estudo de pensadores sobre o assunto, plasmando, em seus documentos de defesa, a dissuasão e a

presença, deixando claro o uso da força em legítima defesa.

A recente adoção de uma Política de Defesa Nacional, publicada em 2021, no momento em que o país formula uma nova constituição, dá ao Chile, segundo Navarro (2021), oportunidade de fixar parâmetros nos quais serão debatidos os temas de Defesa e das Forças Armadas no atual processo. O autor ressalta que esta mesma política é a primeira definida fora do Livro da Defesa Nacional do Chile, servindo, ainda, como base ao mecanismo plurianual de financiamento das capacidades estratégicas das Forças Armadas.

Assim, houve uma ampliação, pela nova *Política Defensa Nacional de Chile 2020* (2021c), para 5 (cinco) modalidades de emprego da defesa, descritas nas seguintes concepções estratégicas: soberania e integridade territorial; cooperação internacional e política exterior; segurança e interesses territoriais; emergência nacional e proteção civil; e contribuição ao desenvolvimento nacional e à ação do Estado.

Nesse contexto, buscou-se caracterizar Presença e Dissuasão, a fim de subsidiar uma comparação com as estratégias adotadas pelo Brasil.

Segundo Rodrigues (2019), a partir de 2001, o Exército do Chile teve sua modernização concentrada na adoção de um novo desenho de forças, privilegiando a

qualidade em vez da quantidade, reestruturando a força por meio da racionalização e reorganização da estrutura orgânica. Assim, reduziu-se o número de Unidades, aumentou-se o poder de combate, bem como a capacidade operacional das unidades foi mantida. Diminuíram-se as Unidades distribuídas no território nacional e, de forma mais racional, adotaram-se Unidades mais completas e melhor equipadas.

As Forças Armadas do Chile estão articuladas em todo o território nacional de forma interoperável desde o tempo de paz. Cabe destacar que a presença é marcada pelo emprego de dois Comandos Conjuntos: o Comando Conjunto Norte, com sede em Iquique, e o Comando Conjunto Austral, com sede em Punta Arenas, ambos sob o comando do Estado-Maior Conjunto. O primeiro abrange as regiões de Arica, Parinacota, Tarapacá e Antofagasta (Gobierno Regional de Tarapacá, 2018), e o segundo, as regiões de Magalhães e da Antártica Chilena (Chile, 2018a).

A *Política de Defensa Nacional de Chile* (2021c) prevê que a articulação das Unidades deve proporcionar: o funcionamento de maneira autônoma e desvinculada do centro do país, em momentos de dificuldade de mobilização e sustentação interoperável; e a conexão com áreas isoladas, facilitando a integração e o desenvolvimento, principalmente, nos locais

onde o Estado se faz menos presente. Tudo isso sem desconsiderar a capacidade de mobilidade estratégica, reforçando as zonas extremas a partir do centro do país.

Em situações de catástrofes e desastres naturais como terremotos, tsunamis, secas, inundações e incêndios florestais, as Forças Armadas também estão presentes. No Plano de Desenvolvimento Estratégico do Exército do Chile, AZIMUT 2026, ressalta-se a preocupação em reorganizar a Força Terrestre e incorporar maior tecnologia para incrementar o poder de combate, aumentar as competências e potencialidades, a fim de atender emergências e catástrofes, prevendo-se, inclusive, o desenvolvimento de uma força de reação rápida para tal (CHILE, 2017a).

Segundo a *Política de Defesa Nacional de Chile* (2021c), a dissuasão considera a presença e a articulação territorial da força efetiva nos locais de relevância estratégica para proteger áreas terrestres, zonas marítimas e espaços aéreos, para uma capacidade de resposta rápida e efetiva frente a uma agressão externa, o que é complementado por meio de uma resposta rápida na recuperação de danos às infraestruturas críticas, diante de ataques cibernéticos ou físicos, bem como na atribuição da origem de tais agressões.

Para Castro B. (2014), o conceito de dissuasão foi questionado pela sociedade, principalmente na submissão de questão

fronteiriça pelo Peru, na Corte Internacional de Justiça, haja vista que a dissuasão não foi suficiente para evitá-la, ficando ainda a sensação de que dissuasão e cooperação internacional não andavam juntas. Para tanto, na Política de Defesa, a verdadeira dimensão da dissuasão deveria ficar bem clara, evitando má interpretação por parte dos países vizinhos, assim como a relevância para salvaguardar e promover os interesses do Chile.

Assim como apresentado na estratégia da Presença, os Comandos Conjuntos Norte e Austral contribuem para uma dissuasão efetiva dentro do que preceitua a Política de Defesa. A reação imediata e a sustentação interoperável e independente das forças, presentes no Teatro de Operações Norte e Austral, demonstram o valor dissuasivo, salientando-se a presença de tropas blindadas como parte integrante de sua organização.

A Armada do Chile vê-se como uma força polivalente, capaz de navegar sob qualquer condição climática, defender suas águas contra ameaças, projetar poder sobre terra e realizar transporte marítimo estratégico (Correa *et al.*, 2019).

A relação estreita com os países da OTAN, por exemplo, gera altos níveis de interoperabilidade, usando padrões OTAN, com doutrina e procedimentos operacionais comuns, o que permite ao Chile integrar, de forma eficaz, seus meios às forças multinacionais para cooperar com a

segurança e a estabilidade em áreas de interesse, prover ajuda humanitária e mitigação de efeitos causados por desastres naturais em diferentes partes do mundo (CHILE, 2021c).

Os dados levantados no estudo do emprego das Forças Armadas do Chile, no que tange à Presença e à Dissuasão, possibilitaram a visualização de 4 (quatro) possíveis aplicabilidades para o Exército Brasileiro. A primeira delas diz respeito à racionalização, adotando-se Unidades mais completas e melhor equipadas nas áreas estratégicas de maior prioridade, a partir da proposta de redução de efetivo advinda do Sistema de Proteção dos Militares. Em segundo lugar, em complemento à aplicabilidade anterior, o aumento da interoperabilidade por meio da criação de comandos conjuntos ativados em tempo de paz nas áreas estratégicas de maior prioridade, aumentando a prontidão operacional. Como terceira possibilidade, a diminuição da mobilidade estratégica e da sustentação do combate nas áreas prioritárias a partir do centro do país, criando as condições necessárias à interoperabilidade nas próprias áreas estratégicas prioritárias. Por fim, a quarta possibilidade diz respeito à criação de uma força de ação rápida para atendimento de emergências e catástrofes, incluindo uma reserva mobilizável para tal. Tal força dotada de equipamentos e balizada por normas e procedimentos, poderia ser

capaz de atuar, oportunamente, por exemplo, na *Operação Verde Brasil*.

Além das possibilidades de aplicação dos resultados do estudo do Chile, pode-se, também, verificar limitações para adoção de algumas aplicações. A primeira delas é a dificuldade de o Estado brasileiro trocar a presença nos Pelotões Especiais de Fronteira por um apoio simplesmente técnico e logístico aos órgãos do Estado, haja vista as dimensões das nossas fronteiras e à ausência, por vezes total, do Estado nessas regiões. Também haveria dificuldade para o Brasil empregar a Doutrina OTAN, haja vista o desenvolvimento de um sistema doutrinário já consolidado.

3.2.3. China

A República Popular da China (RPC) tem se destacado, nos últimos vinte anos, como um ator cada vez mais relevante no cenário internacional. Com várias características singulares, o país tem se mostrado como um sério concorrente à hegemonia dos Estados Unidos da América, no aspecto econômico e, até mesmo, no âmbito militar.

A China é o maior país da Ásia Oriental e o terceiro maior do mundo em extensão territorial, com aproximadamente 9,6 milhões de km². É o país mais populoso do mundo, com cerca de 1,38 bilhões de habitantes, o que representa um quinto da população do Planeta.

A estratégia militar chinesa é baseada no conceito de defesa ativa, que adota os princípios da defesa estratégica em combinação com a ação ofensiva nos níveis operacional e tático. Não se trata de uma estratégia puramente defensiva, nem limitada à defesa territorial. Tal estratégia abrange aspectos ofensivos e preventivos e baseia-se no princípio de evitar o início de um conflito armado, respondendo com força em caso de agressão ao país.

Ainda com relação à estratégia militar chinesa, destaca-se a dissuasão nuclear. As ambições estratégicas da RPC, a visão em evolução do cenário de segurança e as preocupações com a capacidade de sobrevivência estão levando a mudanças significativas no tamanho, capacidade e prontidão de suas forças nucleares. A política de armas nucleares da China prioriza a manutenção de uma força nuclear capaz de sobreviver a um primeiro ataque e responder com força suficiente para infligir danos inaceitáveis a um inimigo. Os níveis de prontidão de suas forças nucleares, em tempos de paz, estão aumentando para garantir sua capacidade de resposta.

Como relevante ator na atualidade, a RPC estará em condições de, em médio prazo, rivalizar militarmente com os Estados Unidos da América, sendo um referencial de difícil comparação com o Brasil. Mesmo assim, é possível propor algumas iniciativas, que, se não plenamente aplicáveis ao EB,

servem como referências.

Como primeira proposta baseada na evolução da estrutura militar chinesa, tem-se o estabelecimento de uma mentalidade eminentemente conjunta. Não se concebe, no atual arcabouço chinês, a definição de estratégias inerentes às forças em particular. Ao contrário, todas as diretrizes, planejamentos e estratégias partem do nível político e conjunto, cabendo às forças singulares a busca pelos objetivos estratégicos definidos pelo Comitê Militar Central (CMC).

Sobre as limitações citadas, a primeira se apresenta no emprego conjunto que caracteriza toda a estratégia chinesa. A segunda limitação se refere à diferença econômica entre o Brasil e a China, o que dificulta, sobremaneira, a comparação das estruturas militares respectivas.

A implementação de comandos conjuntos territoriais permanentes na estrutura de defesa nacional é incipiente no Brasil. Há, ainda, um longo caminho de mudança cultural e a necessidade de aumento de interação entre as três Forças singulares para que tal transformação seja levada a cabo. Na maioria dos países em que isso aconteceu, houve imposição do nível político.

Sobre a estratégia da dissuasão, com um foco em A2/AD, além de ser necessária uma coordenação no nível conjunto, também será necessário um grande aporte de recursos,

haja vista a grande necessidade de aquisição tecnológica para levar a efeito tal capacidade. No entanto, há o facilitador de já existirem projetos estratégicos nas três Forças que podem contribuir com a obtenção de tal conjunto de capacidades.

Finalmente, com relação à estratégia da Fusão Civil-Militar, com foco no alavancamento da indústria nacional de defesa brasileira, esbarra-se na falta de previsão orçamentária e, até mesmo, na baixa prioridade política para gastos com defesa. As atuais empresas nacionais de defesa somente conseguem sobreviver por meio de vendas de exportação, fruto da boa qualidade de seus produtos e projetos e da falta de recursos nacionais.

3.2.4. Na República da Índia

A República da Índia, com capital na cidade de Nova Deli, é constituída por 28 Estados e oito Territórios da União. Organiza-se como uma República Democrática Socialista Secular, cujo sistema político, previsto na Constituição, adotada em 26 de janeiro de 1950, é o federalismo parlamentarista, tendo o Presidente da República como Chefe de Estado e o Primeiro-Ministro como Chefe de Governo.

Em contraste com os Estados Unidos, a Índia não articulou formalmente (até muito recentemente) sua orientação estratégica e de segurança. Não publica uma estratégia de segurança nacional e nunca publicou o

equivalente a uma (normalmente um livro branco sobre a defesa em um sistema parlamentar). A Doutrina das Forças Armadas Conjuntas da Índia - 2017 é o primeiro documento de política indiana a abordar seus objetivos de segurança nacional, política de segurança nacional e, até mesmo, uma estratégia de segurança nacional. Todavia, na Índia, observa-se o entendimento de que: “Embora não tenhamos uma Política e Estratégia de Segurança Nacional formalmente articulada, isso não significa que elas não existam ou não sejam suficientemente compreendidas” (BRATTON, 2017, tradução nossa).

Os Objetivos de Segurança Nacional foram estabelecidos para salvaguardar os interesses nacionais indianos e influenciam as dimensões políticas, militares e econômicas. Fornecem uma estrutura para a formulação da Política de Segurança Nacional e estratégias subsequentes.

A Política de Segurança Nacional baseia-se no direito inerente de autodefesa, obtenção de capacidades de dissuasão, autonomia estratégica, autossuficiência, cooperação, segurança e relações amistosas com a comunidade internacional.

Além da implementação de sua doutrina nuclear, sobre a qual sua estratégia de dissuasão é fortemente calcada, em virtude de suas principais ameaças, a Índia não deixou de adotar medidas efetivas voltadas a estabelecer meios e mecanismos

que lhe proporcionam, atualmente, uma capacidade de dissuasão convencional crível e eficaz diante de seus variados e difusos desafios.

Dentre essas medidas, destacam-se duas, no que se refere à Estratégia da Presença. A primeira delas diz respeito à magnitude das Forças Armadas Indianas em função dos seus meios, considerando pessoal e material. No que tange apenas ao pessoal, como mencionado, a Índia possui a segunda maior força militar do Planeta, com quase 1.500.000 integrantes, computando-se apenas elementos no serviço ativo. Nesse contexto, cumpre ressaltar que o recrutamento para as Forças Armadas é voluntário e aberto a todos os cidadãos indianos, desde que satisfeitos os critérios estabelecidos, independente de casta, classe ou religião. O Exército Indiano é um dos maiores recrutadores do país, incorporando quase 60.000 jovens anualmente.

Soma-se a esse expressivo número um efetivo ainda maior de forças paramilitares, como a “*Border Security Force*” (257.350) e a “*Central Reserve Police Force*” (313.650), resultando em mais de 940.000 integrantes. Considerando-se, ainda, efetivos relativos ao número de reservistas, correspondente a cerca de 1.155.000 pessoas, mais 12.600 integrantes de sua Guarda Costeira, verifica-se que os recursos do país pode alcançar, em caso de um conflito de grandes proporções, aproximadamente, a marca de 3.500.000 de pessoas. Desse modo, o gigantismo da força

militar disponível já se apresenta como elemento dissuasório considerável da estratégia indiana.

Outra questão que confere à Índia uma razoável condição de dissuadir ações contrárias à sua soberania e seus interesses está ligada aos esforços dedicados para melhor equipar e modernizar suas FA. De acordo com a publicação *Military Balance - 2020* (2021)³, a Índia posiciona-se em 5º lugar, no ranking de gastos com o setor de Defesa entre as nações pesquisadas, bem à frente do Brasil, por exemplo, que se encontra na 11ª posição no mesmo ranking. A destinação de vultosos recursos ao setor de Defesa, ao longo dos anos, possibilita à Índia realizar a aquisição de modernos armamentos, equipamentos e sistemas, bem como levar adiante projetos que dinamizam e ampliam a capacidade de sua base industrial de defesa, o que contribui para o desenvolvimento de tecnologias próprias e gradual independência de produtos estrangeiros.

A combinação desses dois fatores, aquisições externas e investimentos internos, faz com que, atualmente, a Índia disponha de capacidades militares pouco disponíveis na maioria dos exércitos, tais como submarinos com propulsão nuclear, porta-aviões, defesa antiaérea de média capacidade, mísseis balísticos de diferentes alcances, armas antissatélite (ASAT), entre outras, conferindo

³ Publicação do Instituto Internacional de Estudos Estratégicos (International Institute for Strategic Studies - IISS).

ao poder militar indiano um grau de dissuasão convencional bastante considerável.

Os grandes efetivos das FA Indianas, aliados à existência de robustos sistemas de armas com efeitos dissuasórios, estrategicamente dispostos ao longo de seu território, são elementos que possuem um estreito relacionamento com a Estratégia da Presença desenvolvida pelo país. Não obstante essa estratégia não estar formalmente explicitada, em seus documentos de defesa, da análise da articulação de suas forças, pode-se observar, claramente, que a Índia emprega a Estratégia da Presença. Contudo, essa presença é seletiva, devido à forte existência de tropas em áreas de grande importância estratégica, em detrimento de outras áreas do país menos relevantes sob esse ponto de vista. Alia-se a essa seletividade a mobilidade estratégica, ainda que limitada, para o emprego de forças militares, em curto período de tempo, dentro e fora de seu território.

A conclusão da análise acerca das FA Indianas inviabiliza levantar algumas comparações com o Exército Brasileiro, no que diz respeito às estratégias da Presença e da Dissuasão, haja vista a inexistência da aplicação da dissuasão nuclear pelo Estado brasileiro. Ainda, é grande a dificuldade de comparação em termos de efetivo, devido à atual política de redução dos quadros de pessoal, em curso nas FA brasileiras.

Assim, o estudo da experiência indiana permite concluir a respeito de 5 (cinco) possibilidades de aplicação no exército brasileiro: (1) priorizar a alocação de forças militares e meios dissuasórios em regiões consideradas estratégicas em território nacional, que façam frente às principais ameaças levantadas à segurança e à integridade territorial (em certa medida, isso já vem sendo realizado no âmbito da Força Terrestre); (2) manter a atual Estratégia da Presença, priorizando regiões estratégicas mais importantes; (3) ampliar, conforme possível, os investimentos realizados junto à Base Industrial de Defesa (BID) nacional, a fim de viabilizar ganhos tecnológicos e independência na aquisição de produtos, bem como ampliar e facilitar sua oferta, medida essa que vem sendo realizada pelas Forças Armadas, de forma limitada, por meio dos respectivos programas estratégicos; (4) ampliar a mobilidade estratégica para ter a capacidade de fazer-se presente com força ponderável, onde não haja tropa com poder de combate adequado, no escopo da Estratégia da Presença; e (5) intensificar esforços, junto ao Ministério da Defesa, para favorecer a adoção de medidas que conduzam a uma efetiva interoperabilidade.

Observam-se, ainda, alguns óbices para a execução dessas opções, tais como: (1) insuficiência de recursos orçamentários, necessários às Forças Armadas para a realização de importantes aquisições de

meios que garantam adequada mobilidade estratégica e, sobretudo, para a realização de investimentos na BID; e (2) diferenças na cultura organizacional entre as três Forças Singulares, que dificultam um aprofundamento da interoperabilidade em um ambiente conjunto permanente.

3.2.5. Na Federação Russa

País com maior extensão territorial do mundo, mais de 17 milhões de quilômetros quadrados, equivalente a dois territórios brasileiros, a Federação Russa ocupa expressiva porção do Leste da Europa e toda a parte Norte da Ásia. Possuindo fronteiras terrestres que se estendem por 20.240 km com 14 (quatorze) países (sendo sete na Europa e sete na Ásia), a Rússia possui desafios de segurança e de defesa, continentais e intercontinentais.

Durante os quase 45 anos de Guerra Fria, a Rússia foi, na condição de principal república da antiga União Soviética, a única potência com real capacidade de confrontar os EUA. Após a queda do muro de Berlim e o desmoronamento da URSS, a Rússia passou por quase uma década de estagnação e sucateamento de capacidades. Porém, na virada do século XXI, o país passou por um processo de modernização de suas instituições e de abertura comercial, o que permitiu chegar aos dias atuais, com bom desempenho como nação.

Algumas características da Rússia guardam semelhanças com o Brasil, como por exemplo, a grande extensão territorial, a grande população, o grande número de países com fronteiras terrestres comuns, o PIB de dimensão semelhante, a existência de áreas anecúmenas no seu interior e a existência de um oceano que banha seu litoral, repleto de riquezas a serem exploradas.

De acordo com a publicação *The Military Balance (2020)*, em breve, serão anunciadas modificações na Estratégia de Segurança Nacional da Rússia. Esse documento possui uma versão em português, cuja tradução foi realizada na ECEME. Somado à Doutrina Militar, à Doutrina Marítima e à Doutrina Ártica, balizam as ações estratégicas da Rússia.

A Doutrina Militar da Federação Russa estabelece as principais tarefas das forças armadas, de outras forças e das autoridades do país.

Conforme afirma André Beaufre, em sua obra “Introdução à Estratégia”, a Estratégia Nuclear ou da “dissuasão nuclear” (*Nuclear Deterrence*) comporta dois tipos de tática nuclear, a saber: a tática “contra forças” e uma tática “contra cidades”. A Rússia, assim como os EUA, utiliza a denominada “tática contra forças”, no âmbito da sua Estratégia Atômica. Beaufre destaca, ainda, que “a manutenção do equilíbrio nos diversos domínios (nuclear, clássico e indireto) é necessária para possibilitar a utilização da ‘resposta flexível’ e

a manutenção de ferramentas estratégicas nos campos do domínio nuclear, clássico e indireto, de forma a impedir que um Estado Nacional seja colocado na situação de ter que escolher entre a reação total e a capitulação” (BEAUFRE, 1963).

A nova Estratégia de Segurança Nacional da Rússia, aprovada em 2009, estabelece a manutenção de uma paridade em relação ao número de armas estratégicas com os EUA (Oliveira, 2011, p 66, grifo nosso).

Não obstante o fim da Guerra Fria, a Rússia procura garantir seu poder de dissuasão nuclear, empregando a “tática contra forças”, que prevê a manutenção de uma quantidade de meios nucleares para destruir todas as forças nucleares inimigas e reservar uma quantidade de armas nucleares para continuar prevalecendo como potência no pós-conflito.

A partir da observação das sucessivas doutrinas norte-americanas conhecidas e respectivas vulnerabilidades, a Rússia desenvolveu o conceito doutrinário denominado “Концепция защиты территории ПРО России”, cuja tradução livre seria “Defesa de Território por proteção antiaérea”, em uma evolução do mero conceito de defesa antiaérea de área sensível para o de defesa antiaérea de território, o que, no Ocidente, é conhecido como A2/AD e que é a parte central da dissuasão estratégica convencional russa.

Como já visto anteriormente, apesar da

denominação aparentemente restritiva, esse conceito operativo não se limita somente à defesa antiaérea, expandindo-se aos outros domínios do campo de batalha, consistindo na criação de *clusters* de sistemas de armas de grande capacidade, alcance e precisão em todos os domínios, inclusive no campo cibernético.

Se as estratégias antiacesso (A2) visam a impedir a entrada das forças inimigas no teatro de operações, as operações de negação de área (AD) objetivam impedir a liberdade de ação adversária. Portanto, as operações de AD incluem ações que limitam atuação do oponente no ar, na terra e no mar, contestando e impedindo as operações conjuntas no espaço de batalha defendido (KREPINEVICH, 2003).

Assim, o emprego do conceito A2/AD, no caso russo, consiste na articulação de sistemas de armas de grande desempenho de modo associado, instalados em *clusters*, no entorno ocidental da Rússia. Tal dispositivo, que apresenta o conjunto de capacidades de multidomínio, constitui a base material sistêmica da dissuasão convencional daquele país. Esses *clusters* estão desdobrados em Pskov/Smolensk, em Kaliningrado, na Bielorrússia, em Belgorod, na Crimeia, na Geórgia e na Síria, haja vista que as tropas responsáveis por seu desdobramento estão articuladas, territorialmente, próximas de seus locais de provável emprego, desde o tempo de paz.

Da análise do conceito de A2/AD aplicado pela Federação Russa, é possível perceber a existência de alguns programas estratégicos do Exército Brasileiro com potencial para capacitar a Força Terrestre, a fim de adotar o referido conceito. Além disso, o País apresenta algumas áreas estratégicas, tais como a Foz do Rio Amazonas, que dá acesso ao coração da Amazônia, e o litoral compreendido entre Santos e Vitória, que dá acesso ao núcleo central econômico brasileiro, onde a aplicação do conceito A2/AD poderia ocorrer.

3.3. Considerações sobre a comparação com os países

Conforme figura 10, a seguir, comparando os aspectos da Estratégia da Presença dos países mencionados, observa-se que o Chile e a Rússia utilizam forças não militares para as ações junto à Faixa de Fronteira, diferentemente do Brasil. Assim sendo, é natural inferir que a Rússia e a China possuem sua mobilidade estratégica compatível com a dimensão territorial e a articulação das Forças, o que fortalece suas ações de presença em seus vastos territórios, servindo de bons exemplos a serem seguidos pelo Brasil nesse quesito.

Figura 10: Comparações com outros países

ASPECTOS DA PRESENÇA		ASPECTOS DA DISSUASÃO	
	Maior presença à NE	S	Dominio Tecnológico Setorial
	Carabineros realizam controle de Fronteira com apoio técnico e logístico das FA	E	Grande capacidade aérea Forças Blindadas
	Mobilidade estratégica	L	Estratégia de A2/AD Projeção de poder
	Maior presença nas proximidades da China e do Paquistão	E	“PROSUB” Meios A2/AD
	Sv Federal de Fronteiras Mobilidade estratégica Capilaridade	T	Estratégia de A2/AD Projeção de poder

Fonte: os autores.

Assim como o Brasil, a Rússia possui uma grande capilaridade de suas forças armadas em todo seu território, permitindo estar presente e capaz de atuar em qualquer ação, inclusive, em ações de natureza intangível, ou seja, na dimensão humana da população. Já os demais países estudados realizam uma Presença de forma seletiva, conforme a realidade de cada um.

Com relação aos aspectos da Estratégia da Dissuasão, tanto Rússia como China possuem estratégias claras de Antiacesso e Negação de Área (A2/AD) como dissuasão convencional, além da Projeção de Poder.

A capacidade Antissatélite (ASAT) alcançada por Rússia, China e Índia confere a esses países maior poder dissuasório em nível global.

Por fim, outro aspecto da dissuasão, observado nos países comparados, foi o fato de todos possuírem comandos conjuntos combatentes ativados, o que sugere a busca constante pela interoperabilidade de suas forças armadas.

4. Os Impactos da Dimensão Informacional, da mobilidade estratégica e da Ciência, Tecnologia e Informação (CT&I) no Desenvolvimento das Estratégias da Presença e da Dissuasão

4.1. A Dimensão Informacional

No nível estratégico, verifica-se que as

Estratégias da Presença e da Dissuasão face às demandas da Defesa Nacional

assertivas sobre o ambiente informacional podem ser identificadas nas Capacidades Nacionais de Defesa (CND), necessárias para habilitar o País ao exercício das ações de Defesa e Segurança, destacando-se a Capacidade de Gestão da Informação, que “visa a garantir a obtenção, a produção e a difusão dos conhecimentos necessários ao processo decisório [...] aos tomadores de decisão, em todos os níveis” (END, 2020 p. 37).

Por sua vez, o Plano Estratégico do Exército (PEEx)⁴ estabelece, no “Objetivo Estratégico do Exército Nr 7- Aprimorar a Gestão Estratégica da Informação, como parte da estratégia de Reorganização do Sistema de Informação do Exército (SINFOEx)”, o desenvolvimento da Capacidade Militar Terrestre *Superioridade de Informações*, justificando as ações que permeiam a operatividade da Força na Dimensão Informacional.

Segundo a Doutrina Militar Terrestre (2019), “A dimensão informacional abrange os sistemas utilizados para obter, produzir, difundir e atuar sobre a informação”. Nesse sentido, os impactos dessa dimensão no desenvolvimento das Estratégias da Presença e da Dissuasão referem-se à maneira de comunicar, para obter a dissuasão e rearfirmar a presença do Exército Brasileiro

⁴ O documento “direciona o esforço dos investimentos da Força para o quadriênio 2020-2023, dando prosseguimento ao processo de transformação do Exército rumo à Era do Conhecimento” (PEEx, 2019).

em todas as regiões do País.

Nesse ambiente complexo, destaca-se a reduzida Mentalidade de Defesa no País. Apesar da implementação de diversas medidas que permitiram, nos últimos anos, aproximar a Academia e a Indústria do setor de Defesa, ainda há muito investimento a ser feito, visando à integração da Tríplice Hélice à população em geral, contribuindo para o desenvolvimento da Mentalidade de Defesa e para a integração da expressão militar à sociedade.

4.1.1 Impactos no desenvolvimento da Estratégia da Presença

O fortalecimento da Coesão Nacional é um importante impacto da Dimensão Informacional na Estratégia da Presença. Conforme MOREIRA (2016), a “Presença Intangível” possui um peso muito grande na adoção da Estratégia, pela impossibilidade da articulação da Força Terrestre em todo o território nacional, avultando de importância as ações relacionadas à natureza intangível da Presença, a fim de conquistar o apoio da população, normalmente caracterizado como Centro de Gravidade nos conflitos modernos. Essas ações contribuem para a sensação de segurança e favorecem a percepção da Presença, com economia de recursos e sem grandes efetivos físicos.

Moldar o Ambiente Operacional é outro impacto na Estratégia da Presença.

Assim, a capacidade de moldar o entendimento, o comportamento e a opinião do público ou de determinado segmento, na Dimensão Informacional, favorece a capacidade da Força Terrestre de estar presente de maneira tangível ou intangível, obtendo informações de interesse.

A partir da correta e oportuna comunicação, a Dimensão Informacional **contribui para a Legitimidade das Ações**. O desenvolvimento da Estratégia da Presença sofre impacto desse Princípio de Guerra, sendo fundamental para a percepção das populações quanto à participação da Força em determinado conflito.

Nesse contexto, a Dimensão Informacional **favorece o importante aspecto da Liberdade de Ação**. Ao se considerar o grau de liberdade na execução da ação militar, a Estratégia da Presença pode ser orientada, direcionando a articulação da Força e seus aspectos psicossocial e político.

A garantia da Consciência Situacional, por meio da capacidade de processar informações em escalas cada vez maiores, com a maior rapidez possível e valendo-se do poder informacional, impacta o desenvolvimento da Estratégia da Presença. Nesse caso, a construção de uma percepção atualizada que reflita a realidade sobre o ambiente contribui para a decisão adequada e oportuna, em qualquer situação de emprego.

4.1.2 Impacts no desenvolvimento da Estratégia da Dissuasão

A Comunicação Estratégica é um importante impacto da Dimensão Informacional na Dissuasão. Tendo em vista a imperiosa necessidade de comunicar a capacidade militar do País e a sua disposição de usá-la em caso de necessidade, a Comunicação Estratégica afeta diretamente a credibilidade da Estratégia da Dissuasão.

Nesse sentido, identifica-se outro impacto no aumento do Poder de Combate, a partir das capacidades que habilitem a Força a operar na Dimensão Informacional. Do ponto de vista do combate moderno, com o uso da computação cada vez mais intenso, o emprego do poder informacional representa extraordinária capacidade de redução de assimetrias entre os beligerantes. Em comparação com os custos dos meios físicos de combate, apresenta-se como instrumento mais acessível e mais viável. Dessa forma, o adequado emprego da Dimensão Informacional agrega Poder de Combate à Força, contribuindo para a Estratégia da Dissuasão.

A Superioridade da Informação impacta a Dimensão Informacional na Estratégia da Dissuasão positivamente, garantindo ao detentor da capacidade maior efeito dissuasório.

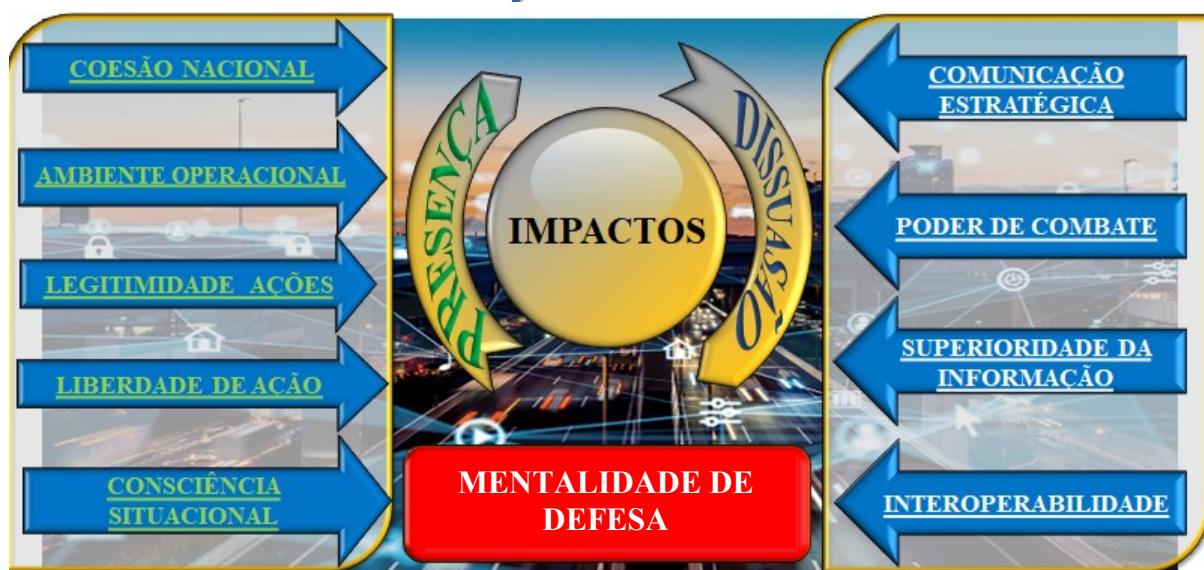
Conforme a Doutrina Militar Terrestre (2019), a Superioridade da Informação é

“uma vantagem operativa derivada da habilidade de coletar, processar, disseminar, explorar e proteger um fluxo ininterrupto de informações em todos os níveis, ao mesmo tempo em que se busca tirar proveito das informações do oponente e/ou negar-lhe essas habilidades”.

A Estratégia da Dissuasão é impactada pela Interoperabilidade na Dimensão Informacional. Com a necessidade de compatibilizar sistemas e integrar as ações informacionais, o desenvolvimento de estruturas estratégicas conjuntas que já contemplam a interoperabilidade favorece à Dissuasão, a exemplo da ativação do Comando Conjunto de Defesa Cibernética (ComDCiber),

A **figura 11**, a seguir, sintetiza cada um desses impactos da Dimensão Informacional nas Estratégias da Presença e da Dissuasão.

Figura 11: Impactos da Dimensão Informacional nas Estratégias da Presença e da Dissuasão



Fonte: os autores.

4.2. A Mobilidade Estratégica

Segundo a Estratégia Nacional de Defesa (END, 2020), a Capacidade de Mobilidade Estratégica “refere-se à condição de que dispõe a infraestrutura logística de transporte do País, de capacidade multimodal e de meios de transporte, que permitam às Forças Armadas deslocar-se, rapidamente, para a área de emprego, no território nacional ou no exterior, quando assim impuser a defesa dos interesses nacionais”.

Dessa forma, o imperativo de mobilidade ganha importância decisiva para Dissuasão e Presença, dadas a vastidão do espaço a defender e a escassez de meios para defendê-lo. O esforço da Presença, sobretudo ao longo das fronteiras terrestres e nas partes mais estratégicas do território nacional, possui limitações intrínsecas. Assim, a mobilidade permitirá superar o efeito prejudicial de

tais limitações, apoiando a dissuasão de tentativa hostil estrangeira, sob a égide do trinômio monitoramento/controle, mobilidade e presença.

No entanto, tal condição requer, entre outros aspectos, que o Brasil disponha de estrutura de transportes adequada e que privilegie a interação e a integração dos diversos modais, de maneira que possa atuar de forma multimodal.

Dessa forma, tendo em vista a atual insuficiência da infraestrutura nacional de transportes, verifica-se a possibilidade de incluir demandas da Mobilidade Estratégica no Plano Nacional de Logística (PNL) 2035, do Ministério da Infraestrutura, na revisão prevista para 2024, a fim de planejar a construção ou adequação de pistas de pouso e aeródromos, de portos, de estações de trem de

carga e da malha viária como parte de um planejamento estratégico interministerial, sobretudo, na Região Amazônica, o que irá incrementar a Mobilidade Estratégica da Força Terrestre e das demais Forças.

Para isso, o Exército Brasileiro também poderá contribuir, dentre outras formas, por meio da atuação do Departamento de Engenharia de Construção (DEC), colaborando com iniciativas de desenvolvimento nacional previstas no PNL 2035, participando da melhoria dessa infraestrutura, sobretudo, para atender às demandas da Defesa.

4.2.1. Impactos no desenvolvimento da Estratégia da Presença

Em relação aos impactos da Mobilidade Estratégica observados na Estratégia da Presença, a capilaridade da Força Terrestre e sua articulação, no território nacional, permitem limitada capacidade de “estar presente” e “ser presente”. Dessa forma, com o incremento da infraestrutura de transportes, a Estratégia da Presença será favorecida.

Outro impacto está identificado no aumento da **capacidade de Pronta Resposta Estratégica** por meio da Mobilidade Estratégica. Conforme o PEEx (a exemplo do Sistema Integrado de Monitoramento de Fronteira (SISFRON), dos Programas Estratégicos Forças Blindadas, ASTROS 2020,

Obtenção da Capacidade Operacional Plena (OCOP) e Defesa Antiaérea), a elevação da Capacidade Operacional (CO) de Prontidão, obtida pela aquisição de meios modernos e confiáveis, deve ser apoiada pela Mobilidade Estratégica, contribuindo para a prontidão da Força Terrestre.

4.2.2. Impactos no desenvolvimento da Estratégia da Dissuasão

Em relação aos impactos da Mobilidade Estratégica sobre a Estratégia da Dissuasão, à medida que a infraestrutura nacional for incrementada, aumentará a capacidade de Projeção de Força. Nesse contexto, infere-se que a Estratégia da Dissuasão é impactada por outros conceitos inerentes à Mobilidade Estratégica: raio de ação, velocidade, flexibilidade de modal, fortalecimento dos aspectos da capacidade de transporte, credibilidade e comunicação.

A **figura 12**, a seguir, mostra os impactos da Mobilidade Estratégica nas estratégias em estudo.

4.3. Ciência, Tecnologia e Inovação (CT&I)

Desde a publicação das primeiras versões da Política Nacional de Defesa (anteriormente, Política de Defesa Nacional) e da Estratégia Nacional de Defesa, o tema “Ciência e Tecnologia” tem sido amplamente destacado como relevante para que os objetivos nacionais de defesa sejam alcançados.

Figura 12: Impactos da Mobilidade Estratégica nas Estratégias da Presença e da Dissuasão



Fonte: os autores.

As últimas edições desses documentos, ocorridas no ano de 2020, estimulam o desenvolvimento de projetos científico-tecnológicos aplicados à Defesa, visando ao crescimento do parque industrial nacional. Cabe mencionar que os referidos documentos sinalizam para a importância de investimento em CT&I, pois os países que investem nessa área evoluem no domínio de tecnologias críticas e disruptivas, incrementando o nível de desenvolvimento, assim como o bem-estar da população. Cabe mencionar, ainda, que a END apresenta uma Estratégia de Defesa específica para o tema, *ED-9 - Fortalecimento da Área de Ciência e Tecnologia de Defesa*.

Adicionalmente, esses documentos estimulam o investimento em CT&I para a obtenção de produtos de defesa, utilizando tecnologias de emprego dual sempre que

possível, a fim de viabilizar a redução da defasagem tecnológica das Forças Armadas, permitindo o fortalecimento da BID e a autonomia tecnológica do País. Nesse contexto, estimula-se a busca pela regularidade na obtenção de materiais de emprego militar junto à BID, a fim de fomentar o desenvolvimento de tecnologias sensíveis e a geração de oportunidades de exportação, bem como incentivar a atração, a retenção e a motivação de pesquisadores em CT&I.

4.3.1. Impactos no desenvolvimento da Estratégia da Presença

Inicialmente, a CT&I tende a impactar o desenvolvimento da Estratégia da Presença, ao fornecer ferramentas para a Mobilidade Estratégica. Nesse caso, o emprego de tecnologias que contribuem com o rápido

deslocamento das Forças Armadas, para qualquer área de emprego, ou para melhor articulação no território nacional, favorece a Presença e permite a economia de recursos.

Outrossim, na Estratégia da Presença, verifica-se maior capacidade de monitoramento e vigilância, ilustrada pelo Sistema Integrado de Monitoramento de Fronteira (SISFRON). Esse Programa Estratégico proporciona maior contribuição à ideia de “ser presente” em vez de “estar presente”, por meio do incremento de capacidades tecnológicas, permitindo a redução de efetivo nessas atividades. Atualmente, estima-se que 70 % dos Sistemas de Materiais de Emprego Militar, obtidos no SISFRON, sejam nacionais. A intenção é elevar esse valor até que a BID tenha capacidade de fornecer 100% das demandas em sistemas militares, demonstrando a elevada importância atribuída à Ciência, Tecnologia e Inovação.

Nesse contexto, o emprego do conceito de Tríplice Hélice, com a participação do

Sistema CT&I e da BID, vem possibilitando o domínio nacional dessas tecnologias, impactando a Estratégia da Presença.

4.3.2. **Impactos no desenvolvimento da Estratégia da Dissuasão**

Um importante impacto da Ciência, Tecnologia e Inovação, na Estratégia da Dissuasão, está relacionado com a **Capacidade Operacional e de Pronta-Resposta** da Força Terrestre. Assim, todo o desenvolvimento de sistemas, armas, sensores, Comando e Controle, entre outros, obtidos pelos investimentos em CT&I, garantem **independência tecnológica** e **interoperabilidade**, impactando a Dissuasão partir do incremento da Força Terrestre de meios e materiais nacionais de qualidade e da efetividade da resposta a qualquer ameaça detectada no território nacional ou no exterior.

A figura 13 mostra os referidos impactos nas Estratégias da Presença e da Dissuasão.

Figura 13: Impactos da CT&I nas Estratégias da Presença e da Dissuasão



Fonte: os autores.

Estratégias da Presença e da Dissuasão face às demandas da Defesa Nacional

5. O emprego e a articulação da Força Terrestre em face às estratégias da Presença e da Dissuasão

5.1. Emprego da Força Terrestre

Em relação ao emprego, o Exército Brasileiro deve estar preparado para atuar em operações de amplo espectro (situação de guerra e de não guerra), que têm como premissa maior a combinação, simultânea ou sucessiva, de atitudes ofensivas, defensivas e de cooperação e coordenação com agências. Para isso, a Força Terrestre, sustentada por uma doutrina em constante evolução, baseia sua organização em estruturas com as características de flexibilidade, adaptabilidade, modularidade, elasticidade e sustentabilidade (FAMES), permitindo alcançar resultados decisivos em Operações no Amplo Espectro, com prontidão operativa e capacidade de emprego do poder militar de forma gradual e proporcional à ameaça, baseadas nos conceitos de resposta imediata, atuação ampliada e esforço total.

A fim de minimizar as adaptações da transição da estrutura militar em tempo de paz para tempos de crise/conflito armado, a Força Terrestre estabeleceu as Forças de Emprego Estratégico, de Emprego Geral e de Módulos Especializados.

5.2. Articulação da Força Terrestre

A articulação diz respeito à localização

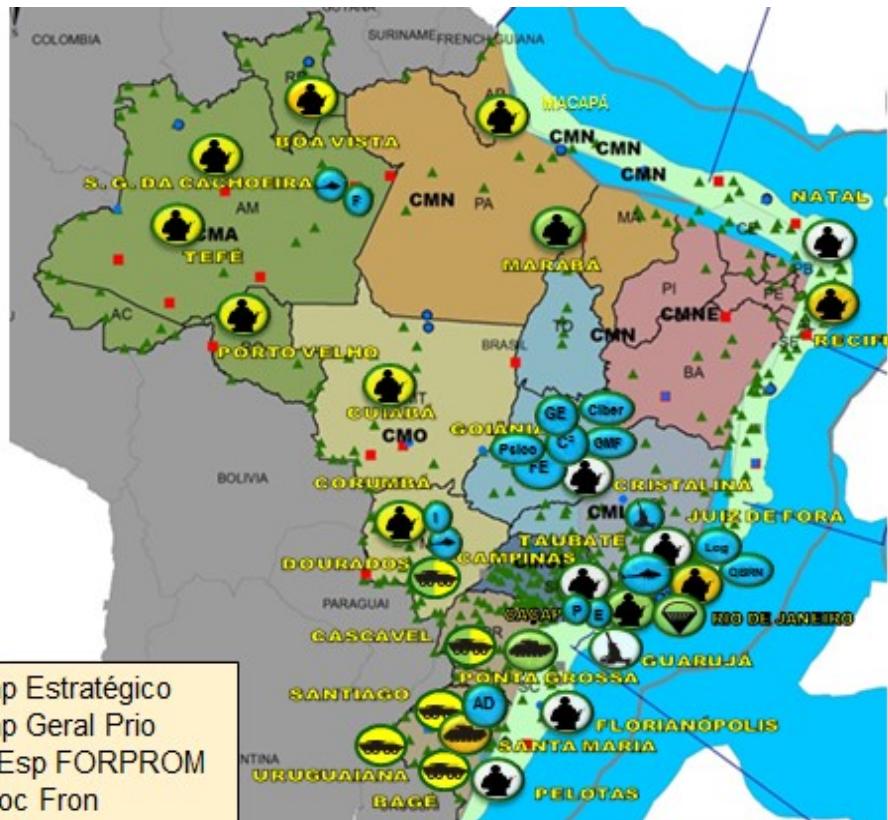
das Organizações Militares (OM) do Comando do Exército no território nacional. Dessa forma, é possível identificar diferentes aspectos que apontam para a complementaridade entre as estratégias da Presença e da Dissuasão. A maioria desses aspectos está ligada à articulação do poder de combate pelo território nacional. A distribuição de meios, intimamente ligada à estratégia da Presença, gera capacidades empregadas no exercício da Dissuasão. Isso ocorre, por exemplo: com a presença das tropas na fronteira, que produzem conhecimento, integração e dissuasão, sobretudo, perante ameaças não estatais; com a distribuição de forças em atendimento ao equilíbrio estratégico, perante países vizinhos; ou, ainda, com o desenvolvimento da mentalidade de defesa na sociedade.

No entanto, esse posicionamento não impede que as Unidades possam ser empregadas em outras áreas estratégicas. Nesse sentido, a Estratégia da Presença prevê a capacidade de rápido deslocamento para qualquer região do País, quando necessário, necessitando do efetivo **desenvolvimento da Capacidade de Mobilidade Estratégica** para assegurar uma estrutura militar com credibilidade, capaz de gerar o esperado efeito dissuasório.

A **figura 14** mostra alguns dados relativos à articulação e ao emprego da Força Terrestre brasileira.

Figura 14: Informações sobre a articulação e emprego da Força Terrestre

Presença das GU e Módulo Estratégico FORPROM



Fonte: os autores.

5.3. Os Programas Estratégicos do Exército e o Sistema de Prontidão Operacional

O emprego e a articulação da Força Terrestre possuem importante ligação com os Programas Estratégicos do Exército, cujo objetivo é gerar capacidades necessárias para que o EB cumpra suas missões.

Nesse sentido, verifica-se a importância de **prosseguir com os Programas ASTROS 2020, Sistema Integrado de Monitoramento de Fronteira (SISFRON), Forças Blindadas, Obtenção da Capacidade Operacional Plena (OCOP) e Defesa Antiaérea (DAAe) de média altura/alcance, além de inserir a obtenção**

da capacidade DAAe de grande altura/grande alcance, visando a consolidar a obtenção dessas capacidades estratégicas.

Da mesma forma, o estabelecimento do Sistema de Prontidão Operacional (SISPRON), composto pelas Forças de Prontidão Operacional (FORPRON), Força Expedicionária (F Expd) e Forças do Sistema de Prontidão de Capacidades de Manutenção da Paz das Nações Unidas (UNPCRS, sigla em inglês), contribui para uma resposta mais rápida em caso de evolução da situação de paz para a de crise ou de conflito armado. Assim, deve-se **prosseguir na implantação das FORPRON, priorizando o emprego nas áreas estratégicas.**

5.4. O Sistema Nacional de Mobilização

Por fim, relacionado ao emprego e à articulação da Força, percebe-se uma dificuldade de realização de adestramentos completos de mobilização dentro do contexto da mobilização nacional. A dificuldade ocorre por força da Lei nº 1.631, de 27 DEZ 07, que dispõe sobre a mobilização nacional e cria o Sistema Nacional de Mobilização (SINAMOB).

Essa legislação prevê, no Artigo 2º, inciso I, que “a Mobilização Nacional é o conjunto de atividades planejadas, orientadas e empreendidas pelo Estado, complementando a Logística Nacional, destinadas a capacitar o País a realizar ações estratégicas, no campo da Defesa Nacional, diante de agressão estrangeira” (BRASIL, 2007, p.1). Tal circunstância merece atenção especial, principalmente, para um país que possui dimensões continentais e sem infraestrutura de transporte desenvolvida na sua plenitude.

Uma tentativa de aperfeiçoamento da referida legislação está sendo proposta por meio do Projeto de Lei nº 1.074, de 2021, que altera a Lei nº 11.631, de 27 DEZ 007, para permitir a decretação da Mobilização Nacional a que se referem os incisos XXVIII do caput do art. 22 e XIX do caput do art. 84 da Constituição Federal, nos casos de situação de emergência de saúde pública de importância internacional decorrente de

pandemia e de catástrofe natural de grandes proporções.

Assim, pode-se indicar ao Ministério da Defesa a realização de gestões no nível político, a fim de inserir instrumentos que permitam a Mobilização Nacional para a realização de exercícios, ações complementares e operações militares em tempo de paz. Consequentemente, em caso de agressão externa, principalmente, oriunda de potências extrarregionais, as Forças Armadas estariam em melhores condições de ofertar a continuidade logística e a sustentação ao combate para as forças empregadas.

6. Indicações e Recomendações para o aperfeiçoamento das Estratégias da Presença e da Dissuasão

Diante dos desafios dos cenários prospectivos futuros para o setor de defesa e da análise do contexto nacional e do entorno estratégico, esse estudo identificou oportunidades de melhoria, agrupadas em indicações e recomendações em dois níveis, o setorial (Ministério da Defesa) e o subsetorial (Exército Brasileiro).

6.1. Para o nível setorial (Ministério da Defesa)

6.1.1. Antiacesso e Negação de Área A2/AD

Como indicação direcionada ao Ministério da Defesa, sugere-se a inclusão do

conceito de Antiacesso e Negação de Área A2/AD nas concepções estratégicas de todas as Forças Armadas. Tal demanda surge devido ao fato de que algumas ações das operações de antiacesso necessitam de capacidades típicas da Marinha do Brasil, como a Negação do Uso do Mar, e da Força Aérea, como o reconhecimento aéreo-marítimo e a interceptação de longo alcance.

6.1.2. Sistema Nacional de Mobilização (SINAMOB)

A segunda indicação refere-se à introdução de instrumentos na Lei de Mobilização que permitam utilizar o SINAMOB em situações de crise. Desse modo, será possível validar os instrumentos legais e os meios materiais sem o risco de constatar que não funcionam somente quando a guerra for iminente.

6.1.3. Interoperabilidade

A terceira indicação relaciona-se à interoperabilidade. Entende-se como necessário o direcionamento dos oficiais concluintes dos cursos de operações conjuntas aos comandos conjuntos ativados desde o tempo de paz. Além disso, aumentar a difusão da mentalidade de operações conjuntas nas escolas de formação de oficiais e de sargentos é de extrema importância.

6.1.4. Mobilidade Estratégica

A quarta indicação diz respeito à necessidade de aperfeiçoamento da

mobilidade estratégica para a Defesa. Isso ocorre em função da insuficiência da estrutura nacional de transportes, sobretudo na Região Amazônica, para permitir que a Força Terrestre se faça presente naquele local com tropas de natureza adequada, de modo ágil, prejudicando a dissuasão. Essa carência pode ser reduzida com a inclusão de demandas de defesa no “Plano Nacional de Logística 2035”, cuja revisão está prevista para 2024. Assim, sugere-se que o Ministério da Defesa apresente projetos que melhorem a infraestrutura de transportes em direção à Região Amazônica.

6.1.5. Dimensões Humana e Informacional

A quinta recomendação refere-se ao incremento de ações de natureza intangível, em todo território nacional e no exterior, com a finalidade de potencializar a coesão nacional e a comunicação das capacidades de defesa do País.

6.2. Para o nível subsetorial (Exército Brasileiro)

6.2.1. Programas Estratégicos

A primeira indicação ao Exército Brasileiro é o prosseguimento das obtenções de capacidades: do Programa Estratégico ASTROS 2020; do Sistema Integrado de Monitoramento de Fronteira (SISFRON); do FORÇAS BLINDADAS; da Obtenção da Capacidade Operacional Plena; e do projeto

de obtenção de Defesa Antiaérea de Média Altura. Além disso, no Catálogo de Capacidades do Exército, é importante inserir a obtenção da capacidade Defesa Antiaérea (DAAe) de grande altura/ grande alcance.

6.2.2. Antiacesso e Negação de Área (A2/AD)

A segunda indicação para a Força é a inclusão do Conceito Estratégico de Antiacesso e de Negação de Área na Concepção Estratégica de Emprego do Exército [como Capacidade Militar Terrestre (CMT)] e no Catálogo de Capacidades do Exército. Importante ressaltar a constituição de centros de excelência em todas as capacidades e a implantação de uma Força Multidomínio (A2/AD) na FORPROM, como ferramenta de dissuasão convencional.

6.2.3. Sistema de Prontidão (SISPRON)

A terceira indicação ao Exército Brasileiro é a continuidade da implantação das Forças de Prontidão (FORPRON), uma vez que o conceito de dissuasão envolve a existência de forças em condições de emprego imediato, priorizando o emprego das FORPRON nas Áreas Estratégicas.

6.2.4. Racionalização

Em função da restrição orçamentária, da redução de efetivo e do aumento da tecnologia, a quarta indicação refere-se ao

reestudo da articulação da Força, a fim de readequar o valor de tropas com pouco poder de combate e pouca entrega de dissuasão, procurando “fazer mais com menos” e diminuindo o custo da presença para completar as capacidades operativas.

6.2.5. Ciência, Tecnologia e Inovação

Visando à diminuição da defasagem tecnológica existente entre os países mais desenvolvidos e o Brasil, a quinta recomendação é atrair, reter e motivar a pesquisa em CT&I, otimizando a aplicação dos recursos orçamentários, de forma a aumentar o poder de combate da Força Terrestre e buscar a independência tecnológica. Além disso, prosseguir investindo em CT&I, em especial, nos sistemas de armas, nos sensores, nos meios de comando e controle e na interoperabilidade.

6.2.6. Dimensões Humana e Informacional

Do mesmo modo que foi indicado ao nível setorial, esse estudo concluiu que é necessário ao Exército Brasileiro o incremento das ações de natureza intangível em todo território nacional e no exterior, com o objetivo de potencializar a coesão nacional e a comunicação de nossas capacidades de defesa, a fim de dissuadir pretensões adversas contra o País.

6.3. Interação entre as Indicações e as Estratégias estudadas

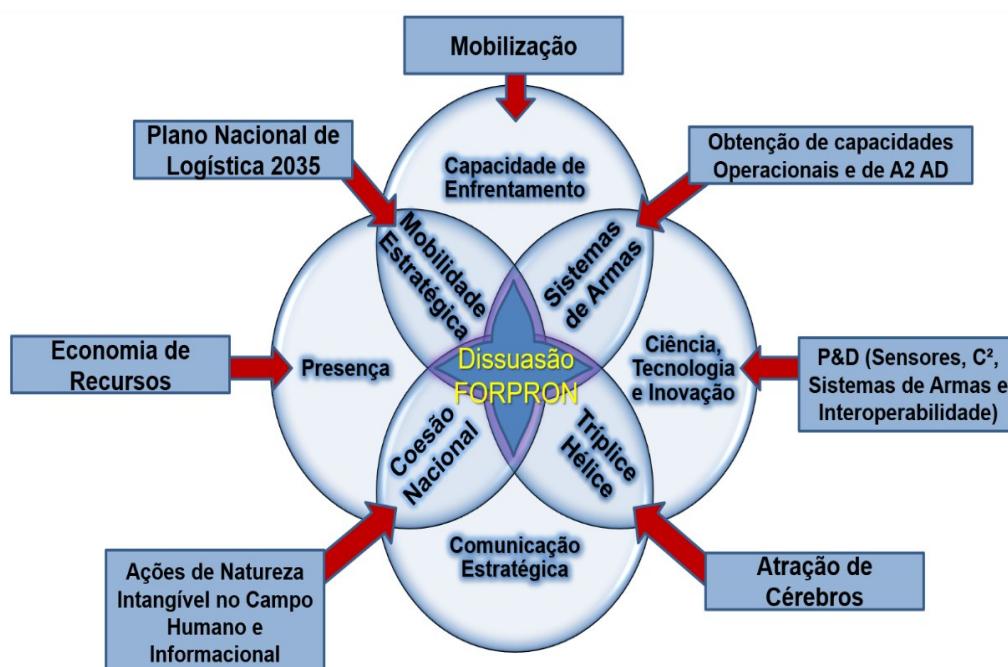
Diante de todo o exposto, conclui-se que as duas estratégias focalizadas, a Presença e a Dissuasão, são interdependentes, mesmo que a estratégia da Dissuasão seja a mais relevante à missão principal das Forças Armadas do País.

Além das estratégias em si, foram identificados outros aspectos relevantes que se interrelacionam, para potencializar o efeito dissuasório extrarregional pretendido pelos documentos de Defesa. Dentre eles, destacam-se a Comunicação Estratégica; a Ciência, Tecnologia e Inovação (CT&I); e a Capacidade de Enfrentamento.

Conforme pode ser observado na figura 17, nessas interrelações, percebe-se que a Estratégia da Presença interage com a Comunicação Estratégica, para potencializar a coesão nacional e entregá-la à dissuasão. Por outro lado, influencia a capacidade de enfrentamento, valendo-se da mobilidade estratégica para permitir que as forças se façam presentes de modo ágil na área onde o poder de coerção do Estado-Nacional seja necessário.

A Comunicação Estratégica, além de comunicar as capacidades de defesa do País, interage com o setor de CT&I para criar o amálgama da Tríplice Hélice (Academia, Indústria e Força Armada), que é um polo de sinergia essencial à construção da dissuasão.

Figura 15: Aspectos contribuintes da Dissuasão e Interação das indicações com as Estratégias Estudadas



Fonte: os autores.

A Ciência, Tecnologia e Inovação contribuem para a independência Tecnológica e entregam sistemas de armas à capacidade de enfrentamento, aspectos fundamentais da dissuasão.

Ainda, na figura 17, todas as indicações e recomendações deste estudo interagem com aspectos contribuintes da dissuasão, incluindo a estratégia da Presença que necessita ser readequada para a racionalização dos meios. As ações intangíveis do campo humano e informacional podem contribuir com o aumento da coesão nacional. Uma melhor política de oferta de bolsas de pesquisa pode contribuir para atrair cérebros que gerem os saltos tecnológicos necessários ao desenvolvimento e à obtenção de sistemas de armas, de capacidades operativas e de A2/AD, fundamentais ao incremento da capacidade de enfrentamento e à dissuasão convencional.

7. Conclusão

Esse artigo teve como objetivo geral verificar se as concepções das Estratégias da Presença e da Dissuasão atendem, nas melhores condições, às demandas da Defesa Nacional, além de responder alguns problemas específicos diretamente relacionados às referidas estratégias.

Nesse sentido, sob o ponto de vista político e estratégico da Presença e da Dissuasão, foi realizada ampla e aprofundada

pesquisa bibliográfica, buscando-se analisar aspectos relacionados: (1) à evolução histórica; (2) aos principais desafios a serem enfrentados pelo MD e pelo EB; e (3) à atual concepção de emprego e articulação da FT.

Pôde-se verificar que o principal legado deixado pela evolução histórica da estratégia da Presença foi a capilaridade alcançada pela F Ter, fruto da articulação de suas OM em todo o território nacional, a qual, apesar de prejudicada pela mobilidade estratégica deficiente, caracteriza-se como alvo de constante busca pelo seu aperfeiçoamento.

Nesse sentido, assim como a Presença, a Dissuasão apresenta-se, nos atuais planejamentos de alto nível do EB, como estratégia prioritária, de forma que o País enfrente os cenários e desafios atuais e futuros, desaconselhando qualquer ameaça ou agressão à soberania nacional.

Considerando-se os vários cenários analisados na pesquisa, identificamos alguns desafios futuros em comum, todos no contexto de um ambiente caracterizado como multidomínio: **o incremento da robotização do campo de batalha; o aumento dos conflitos em ambientes urbanos; o aumento de ações no ambiente informacional e no espaço cibernético; e maior número de ações de guerra híbrida.**

Além desses, apresentam-se à realidade nacional desafios como o *tema ambiental* e a **restrição de recursos**

orçamentários para a Defesa.

Assim, os desafios supracitados impactarão tanto a estratégia da Presença como a da Dissuasão, seja, negativamente, pela(s): defasagem tecnológica; diminuição de efetivo em 10%; Base Industrial de Defesa ainda não consolidada; mobilidade estratégica restrita, em função da deficiente infraestrutura nacional e restrições no orçamento da Defesa. Seja, positivamente, pela busca: do incremento de ações de natureza intangível; da capacidade operacional e de prontidão; da comunicação estratégica; da prospecção tecnológica; e da capacidade de projeção de força.

No que concerne à concepção do emprego, o principal aspecto observado foi a importância de prosseguir com a implantação do Sistema de Prontidão (SISPRON), focando na busca pela capacitação das Forças de Prontidão (FORFRON) e no emprego nas áreas estratégicas do País, assim como no prosseguimento do Plano de Articulação da F Ter, já em curso.

Com relação ao estudo das estratégias, nos documentos do EB e do MD, verificou-se que há uma prevalência da quantidade de objetivos, estratégias e ações voltadas para a Dissuasão, em comparação àqueles voltados para a Presença.

A Marinha do Brasil, em seu “Plano Estratégico 2040 (PEM)”, descreve como principais aspectos da Presença: ações nas Águas Jurisdicionais Brasileiras (AJB), tanto

em águas interiores, como na Amazônia Azul; ações de presença com o monitoramento e vigilância a ser proporcionado pelo SisGAA; e intenção da instalação de um futuro complexo multipropósito na foz do Rio Amazonas. Com relação à Dissuasão, o principal aspecto verificado é o prosseguimento do Programa de Desenvolvimento de Submarinos (PROSUB), o qual proporcionará enorme poder dissuasório extrarregional ao Brasil.

A Força Aérea Brasileira (FAB), em sua “Concepção Estratégica 2041”, apresenta as suas ações de monitoramento e vigilância em toda a sua “Dimensão 22” como principais aspectos da Presença, por meio do Sistema de Controle do Espaço Aéreo Brasileiro (SisCEAB), além da capacidade de desdobramento de seus meios logísticos e operacionais por todo o território nacional. No que tange à Dissuasão, a FAB considera, como principais aspectos dissuasórios, alcançar as capacidades operacionais de Proteção e Pronta-Resposta, Projeção Estratégica de Poder sobre Centros de Gravidades e a Superioridade Aeroespacial.

É importante ressaltar, tanto nos documentos estratégicos da MB, quanto nos da FAB, a importância do fator humano e do informacional, ou seja, a contribuição dessas ações de natureza intangível para a mentalidade de defesa e a integração com a sociedade, muito importantes para a Estratégia da Presença.

O estudo concluiu que as duas estratégias estão mutuamente ligadas, uma contribuindo para o êxito da outra, devendo-se mantê-las igualmente prioritárias, principalmente nas áreas estratégicas do País, conforme já definido nos documentos de defesa nacional. Apesar disso, alguns incrementos devem ser realizados para o aperfeiçoamento de ambas as estratégias, os quais estão contidos nas recomendações e indicações a seguir.

Os incrementos a serem propostos para a estratégia da Presença estão voltados para a melhoria da mobilidade estratégica e para o incremento de ações nas dimensões humana e informacional. Já para a estratégia da Dissuasão, os incrementos baseiam-se não só na melhoria da mobilidade estratégica, mas, também, no aperfeiçoamento da CT&I e da capacidade operacional da F Ter.

Essa pesquisa focou, também, nos impactos da Dimensão Informacional, da Mobilidade Estratégica e da CT&I, nas supracitadas estratégias, comparando-as com as desenvolvidas em outros países - África do Sul, Chile, China, Índia e Rússia.

Os principais impactos da Dimensão Informacional sobre a estratégia da Presença são o incremento: da coesão interna; da capacidade de moldar o ambiente operacional; da legitimidade das ações; da liberdade de ação; e da consciência situacional da F Ter. Já para a estratégia da Dissuasão, os principais impactos são o incremento: da comunicação

estratégica; do poder de combate; da superioridade da informação; e da sua interoperabilidade.

Em relação aos impactos da Mobilidade Estratégica na estratégia da Presença, a F Ter possui uma relativa capacidade de “estar presente”, fruto da infraestrutura nacional insuficiente. Porém, deve-se buscado o incremento dessa capacidade, o que impactará na capacidade de pronta-resposta da F Ter. Para a Projeção de Força, há necessidade de se possuir Mobilidade Estratégica e Força capaz (Força Expedicionária ou Força de Prontidão - FORPRON).

Os impactos negativos são gerados pela deficiência: na infraestrutura nacional de transportes, que ensejam uma restrição da pronta-resposta; na capacidade, na credibilidade e na comunicação (componentes da Dissuasão); e no raio de ação, velocidade e flexibilidade de modais (componentes da Mobilidade Estratégica).

A Ciência, Tecnologia e Inovação (CT&I) impactam de forma positiva sobre a estratégia da Presença, na medida em que permitem aperfeiçoar a infraestrutura de mobilidade estratégica nacional, assim como incrementam a capacidade de monitoramento e vigilância da Força Terrestre, importante meio de presença intangível.

Da mesma forma, a CT&I impacta positivamente sobre a Dissuasão, à medida que incrementa: a capacidade de pronta-

resposta; a capacidade operacional; a independência tecnológica; e a interoperabilidade da Força Terrestre brasileira. Porém, a defasagem tecnológica atual sugere investir em CT&I e em prospecção tecnológica, a fim de vencer esse óbice, permitindo que os impactos positivos se apresentem o mais breve possível.

Fruto da comparação com os países já nominados (África do Sul, Chile, China, Índia e Rússia), o principal aspecto da Presença observado foi a utilização de forças não militares pelo Chile e pela Rússia para as ações junto à Faixa de Fronteira, diferente do Brasil, que utiliza suas Forças Armadas nessas ações. Tanto a Rússia como a China possui mobilidade estratégica muito desenvolvida, o que fortalece suas ações de presença em seus vastos territórios, servindo de bons exemplos a serem perseguidos pelo Brasil.

Assim como o Brasil, a Rússia possui uma grande capilaridade das forças armadas em todo seu território, permitindo ser presente e ser capaz de atuar em quaisquer ações, bem ser de grande importância para as ações de natureza intangível, ou seja, na dimensão humana da população. Já os demais países comparados realizam uma presença de forma seletiva, conforme a realidade que cada um apresenta.

Com relação aos aspectos da Dissuasão convencional, tanto Rússia como China possuem estratégias claras de

Antiacesso e Negação de Área (A2/AD), além da capacidade de Projeção de Poder. A capacidade Antissatélite (ASAT) alcançada por Rússia, China e Índia confere a esses países enorme poder dissuasório em nível global. Outro aspecto da dissuasão observado nos países comparados é o fato de todos possuírem comandos conjuntos combatentes ativados, o que sugere ao Brasil a busca constante pela interoperabilidade de suas forças armadas.

Em termos gerais, esse estudo indica que a Presença é uma importante Estratégia a ser mantida, porém, priorizá-la importará em elevados custos (investimento e custeio) para a Força Terrestre. Nesse sentido, sugere-se um reestudo aprofundado da articulação da F Ter, considerando os impactos, riscos, restrição no orçamento e outros fatores julgados cabíveis.

Esse estudo considerou, por fim, que deve ser dada uma maior ênfase ao incremento da Estratégia da Dissuasão, principalmente, nos aspectos da Ciência, Tecnologia e Inovação e na Pesquisa e Desenvolvimento, na medida em que essas áreas permitem aumentar a capacidade: operacional; de interoperabilidade; de vigilância e monitoramento da F Ter; dentre outros. Ainda, permitem contribuir, decisivamente, com a melhoria da infraestrutura para a mobilidade estratégica.

Referências

ABNT. Associação Brasileira de Normas Técnicas. **NBR 14724: informação e documentação** - trabalhos acadêmicos - apresentação. Rio de Janeiro. 2011.

BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO (BNDES). **Visão 2015: Brasil, um país desenvolvido.** Disponível em: <https://www.bnDES.gov.br/wps/portal/site/home/conhecimento/noticias/noticia/visao-2035>. Acesso em: 25 jun. 2021.

BARROS, Vera Lúcia Fregonese. **A Colônia Militar de Chopim - 1882 a 1909.** 224 f. 1980. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1980. Disponível em: <https://bit.ly/3vZj44i>. Acesso em: 25 jun. 2021.

BEAUFRE, André. **Introdução à Estratégia.** Tradução de Luiz de Alencar Araripe. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 1998. 156p.

BRASIL. Ministério da Defesa. **Cenário de Defesa 2040 – Descrição de Cenários.** Brasília, 2016.

. **Livro Branco de Defesa Nacional.** 2020. Disponível em: https://www.gov.br/defesa/pt-br/assuntos/copy_of_estado-e-defesa/livro_branco_congresso_nacional.pdf. Acesso em 20 julho de 2021.

. **Política Nacional de Defesa e Estratégia Nacional de Defesa.** Brasília, 2020a.

. Decreto-lei nº 11.631, de 27 de dezembro de 2007. Dispõe sobre a Mobilização Nacional e cria o Sistema Nacional de Mobilização. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil.** Poder Executivo, Brasília, DF, de 28 dez 2007, p. 1.

. **Estratégia Nacional de Defesa.** Brasília-DF, 2020a, Disponível em: https://www.gov.br/defesa/pt-br/assuntos/copy_of_estado-e-defesa/pnd_end_congresso_.pdf. Acesso em 08 de junho de 2020.

. **Glossário das Forças Armadas.** Brasília-DF, 2015. Disponível em: https://bdex.eb.mil.br/jspui/bitstream/123456789/141/1/MD35_G01.pdf. Acesso em 22 Abr 2021.

. **Comando da Aeronáutica. Estado-Maior da Aeronáutica.** Concepção Estratégica Força Aérea 100: DCA 11-45. Brasília, 2018.

. **Plano Estratégico Militar da Aeronáutica 2018-2027:** PCA 11-47. Brasília. 2018.

. **Doutrina Básica da Força Aérea Brasileira – Volume I:** DCA 1-1. Brasília, 202º.

. Comando do Exército. Estado-Maior do Exército. Centro de Estudos Estratégicos do Exército. **Cenários Prospectivos – Força Terrestre 2035.** Brasília, 2016.

. **A capacidade de Dissuasão do Exército Brasileiro no Século XXI.** 2020. 44 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Ciências Militares) – Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, Rio de Janeiro, 2020.

. Comando de Operações Terrestres. **Diretriz para o Projeto-Piloto do SISPRON.** Brasília, 2020c.

. **Bases para a Transformação da Doutrina Militar Terrestre.** Brasília, DF, 2013.

. **Catálogo de Capacidades do Exército.** Brasília, DF, 2015.

. **Concepção Estratégica do Exército.** Brasília: EGGCF, 2019.

. **Concepção de Transformação do Exército.** Brasília, 2013.

. **Concepção de Preparo e Emprego da Força Terrestre – EB70-D-10.002.** 2. Ed. Brasília, 2019c.

. **Diretriz do Comandante do Exército.** Brasília, 2021.

. **Diretriz Organizadora do Sistema de Prontidão Operacional da Força Terrestre.** Brasília, DF, 2019.

. **Manual de Campanha Grupo de Artilharia Antiaérea (EB70-MC-10.365).** 2. ed. Brasília, DF, 2021.

. **Manual de Campanha Estratégia.** Brasília, 2020b.

. **Manual de Fundamentos - O Exército Brasileiro.** EB20-MF-10.101. 1.ed. Brasília, 2014.

. **Manual de Fundamentos Doutrina Militar Terrestre (EB20-MF-10.102).** 2. ed. Brasília, DF, 2019.

. **Plano Estratégico do Exército 2020 – 2023.** Brasília, 2019b.

. **Política Militar Terrestre.** Brasília, DF, 2019.

_____. Portaria nº 219-COTER, de 13 de novembro de 2019. Aprova a **Diretriz Organizadora do Sistema de Prontidão Operacional da Força Terrestre (SISPRON)** e dá outra providência. Brasília, 2019e.

_____. Portaria Nº 137-EME, de 1º de julho de 2020. **Cria Grupo de Trabalho com a finalidade de propor soluções para a implantação e sustentação do Sistema de Prontidão Operacional da Força Terrestre (GT - SISPRON)**. Brasília, 2020a.

_____. Portaria COTER/C Ex nº 30, de 9 de março de 2021. Aprova a **Diretriz para as Forças de Prontidão Operacional (FORPRON) para 2021**. Disponível na Separata ao Boletim do Exército (BE) nº 11, de 19 de março de 2021.

_____. **Portaria nº 295, de 17 de dezembro de 2014**. Aprova a Diretriz de Racionalização Administrativa do Exército Brasileiro (EB20D-01.016). Publicada no Boletim do Exército nº 1, de 2 de janeiro de 2015.

_____. **Portaria nº 1.253, de 5 de dezembro de 2013**. Aprova a Concepção de Transformação do Exército e dá outras providências. Publicada no Boletim do Exército nº 51, de 20 de dezembro de 2013.

_____. Gabinete do Comandante do Exército. **Portaria nº 220, de 20 de abril de 2007**. Estabelece o Sistema de Excelência no Exército Brasileiro, em continuidade ao Programa Excelência Gerencial e dá outras providências. Publicada no Boletim do Exército nº 17, de 27 de abril de 2007.

_____. Secretaria de Economia e Finanças. **Caderno de Orientação aos Agentes da Administração - Fundamentos da Administração Militar**. 1. ed. Brasília, DF, 2021.

_____. Diretoria de Gestão Orçamentária. **Orientações aos Agentes da Administração**. 1. ed. Brasília, DF, 2021.

_____. Comando da Marinha. Estado-Maior da Armada. EMA-305 – **Doutrina Militar Naval (DMN)**. Brasília: Estado-Maior da Armada, 2017.

BRÜGGERMANN, Adelson André. A sentinela isolada: **O cotidiano da colônia militar de Santa Thereza (1854-1883)**. 313 f. 2013. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2013. Disponível em: <https://bit.ly/3xX3oQO>. Acesso em: 25 jun. 2021.

BRATTON, Patrick. **India's joint doctrine: hopeless muddle, or the start of strategic articulation?**. War Room – U.S. Army War College. Creative Thinking

about National Security and Defense. Pennsylvania, 06 jun. 2017. Disponível em: <https://warroom.armywarcollege.edu/articles/indias-joint-doctrine-hopeless-muddle-start-strategic-articulation/>. Acesso em: 17 maio 2021.

CASTRO B, Guillermo. **Disuasión en Chile ¿Mito o Realidad?** Ejército de Chile. Academia de Guerra. Cuaderno de Difusión Pensamiento de Estado Mayor Nº 38. Dezembro 2014. p. 97 a 106.

CORREA, Francisco Pablo García-Huidobro et al. **Horizonte en el Pacífico**. Imprenta de la Armada. 2019.

CHILE. Biblioteca do Congreso Nacional. **Chile Nuestro País**. Disponível em: <https://www.bcn.cl/siit/nuestropais/index_html>. Acesso em 10 abr. 2021. 2021a.

_____. Ministério de Defesa Nacional. **Libro de la Defensa Nacional de Chile 2017**. San Bernardo. 2018b.

_____. Ministerio de Defensa Nacional. **Política de Defensa Nacional de Chile 2020**. Decreto Supremo nº 004, de 4 de diciembre de 2020. Santiago. 2021. Disponível em: <https://www.defensa.cl/wp-content/uploads/POLÍTICA-DE-DEFENSA-NACIONAL-DE-CHILE-2020.pdf>. Acesso em 10 jul. 2021. 2021c.

_____. **Presentación Política de Defensa Nacional de Chile 2020**. Congreso Nacional de Chile. Sesión 105. 15 Jun 2021. Disponível em: <<https://www.camara.cl/legislacion/comisiones/documentos.aspx?prmID=1726>>. Acesso em 12 jul. 2021. 2021d.

DEFESANET. **SISPRON - O Sistema de Prontidão do Exército Brasileiro**. Disponível em: <<https://www.defesanet.com.br/doutrina/noticia/38538/SISPRON---O-Sistema-de-Prontidao-do-Exercito-Brasileiro>>. Acesso em: 28 dez. 2020.

EMPRESA DE PLANEJAMENTO E LOGÍSTICA. **Plano Nacional de Logística 2035**. Disponível em: <<https://www.epl.gov.br/plano-nacional-de-logistica-pnl>>. Acesso em 10 abr. 2021.

ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA. **US Army Operating Concept**. (TRADOC Pamphlet 525-3-1), Fort Leavenworth, VA – 2019.

_____. **Global Trends 2030, The World in 2030, Trends, Points Inflections, Challenges and Opportunities**. Disponível em: <https://www.dni.gov/index.php/who-we-are/organizations/mission-integration/nic/nic-related-menus/nic-related-content/global-trends-2030>. Acesso em 21 set 2021.

_____. U.S. Army Training and Doctrine Command. **The U.S. Army in MultiDomain Operations 2028**. December 2018. TRADOC Pamphlet 525-3-1. Disponível em: https://www.tradoc.army.mil/Portals/14/Documents/MDO/TP525-3-1_30Nov2018.pdf. Acesso em: 20 jul 2021.

_____. Annual Report to Congress: Military and Security Developments Involving the People's Republic of China. Office of the Secretary of Defense. 2020.

_____. **Army Multi-Domain Transformation (Ready to Win in Competition and Conflict)**. Chief of Staff Paper #1 – (Unclassified Version) - Headquarters, Department of the Army, 16 de março 2021.

FEDERAÇÃO DA RÚSSIA. Estratégia Nacional de Segurança da Rússia. Tradução TC João Ricardo CROCE Lopes, ECEME, 2017.

FERRARI, Daniel Candeloro. O projeto da Colônia Militar do Avanhandava no ensaio da ocupação territorial paulista (1858-1878). 372 f. 2020. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) - Universidade Estadual Paulista, Bauru, 2020. Disponível em: <https://bit.ly/2U5eTXo>. Acesso em: 25 jun. 2021.

GARNER, Lydia M. Settling the Brazilian frontier: The role of military colonies, 1849-1889. Journal of Borderlands Studies, [s. l.], v. 13, n. 1, p. 1-28, 1998. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/08865655.1998.9695507>. Acesso em: 25 jun. 2021.

GOMES, Milton Guedes Ferreira Mosqueira. Dissuasão versus Presença: estratégias complementares ou contraditórias? TCC do CPEAEx, ECEME, Rio de Janeiro, 2006, 75 f.

INDIA, Republic of. Indian Air Force. Organization set up, 2021. AF Organization. Disponível em: <https://indianairforce.nic.in/content/organisation-set>. Acesso em: 04 jun. 2021.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA E APLICADA (IPEA). Brasil 2035 – Cenários para o desenvolvimento econômico. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=30156. Acesso em: 04 jun. 2021.

KREPINEVICH, Andrew; Barry Watts; e Robert Work “Meeting The Anti-Access and Area-Denial Challenge”, Center for Strategic and Budgetary Assessments, Washington, DC – 2003.

MAGALHÃES, João Batista. A evolução militar do Brasil. 3. ed. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2001.

MARTINS SANTOS, Ana Claudia. Os constantes receios de uma invasão: ameaça e estratégia de defesa da província de Mato Grosso (1850-1864). AEDOS, Porto Alegre, v. 5, n. 12, p. 168-181, 2013. Disponível em: <https://bit.ly/2U2xzaz>. Acesso em: 25 jun. 2021.

MATTOS, Carlos Meira. Geopolítica e Teoria de Fronteiras. 3. ed. Rio de Janeiro: FGV:Biblioteca do Exército, 2011.

MOREIRA, Alessandro Guiduci. A racionalização dos meios administrativos em grandes bases como possibilidade de ampliação da capacidade operacional das Organizações Militares do Exército Brasileiro. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Ciências Militares) - Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, Rio de Janeiro, 2020.

MOREIRA, Alexandre Santana. Um estudo sobre a estratégia da presença militar na região amazônica, no século XXI: A relação entre a presença tangível e intangível. Tese de Doutorado (Pós-graduação stricto sensu em Ciências Militares) - Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, Rio de Janeiro, 2016.

MYSKIW, Antonio Marcos. A fronteira como destino de viagem: A Colônia Militar de Foz do Iguaçu (1888/1907). 245 f. 2009. Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2009. Disponível em: <https://bit.ly/2SYP8rT>. Acesso em: 25 jun. 2021.

MARQUES, Adriana Aparecida. Amazônia: pensamento e presença militar. 2007. 233 f. Universidade de São Paulo, 2007.

MEIRA MATTOS, Carlos de. Geopolítica e Modernidade: Geopolítica Brasileira. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2002.

MCCANN, Frank D. Soldados da Pátria. História do Exército Brasileiro 1889-1937. 1. ed. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2009.

NAVARRO, Miguel. La Política de Defensa. Disponível em: <<https://anepe.cl/la-politica-de-defensa>>. Acesso em 12 Jul 2021.

OLIVEIRA, Fábio Ribeiro Gonçalves de, A obtenção das capacidades de Defesa Antiaérea de Médio e Grande Alcances no contexto de uma Estratégia de Antiacesso e de Negação do Uso do Espaço de Batalha, pág 23, ECEME – Rio de Janeiro – 2021.

PROJETO INTERDISCIPLINAR. As Estratégias da Presença e da Dissuasão face às demandas da Defesa Nacional. Curso de Política, Administração e Alta Administração do Exército (CPEAEx) – Escola de

Comando e Estado-Maior do Exército, 2021.

REINO UNIDO. **Preparing the Future, publicado no RUSI Journal do Royal United Services Institute.** Disponível em: < <https://rusi.org/explore-our-research/publications/rusi-journal>>. Acesso em 12 Jul 2021.

_____. **Strategic Trends Programme – Future Operating Environment 2035.** Disponível em: <https://www.gov.uk/government/publications/future-operating-environment-2035>. Acesso em 12 Out 2021.

RESDAL. Red de Seguridad y Defensa de América Latina. **Atlas Comparativo de la Defensa en América Latina y Caribe.** Edición 2016. Disponível em:< https://www.resdal.org/assets/atlas_2016_esp_13.pdf>. Acesso em 5 abr. 2021.

REPÚBLICA POPULAR DA CHINA. **China's National Defense in the New Era: The State Council Information Office of the People's Republic of China. Beijing, 2019.**

REPÚBLICA DA ÁFRICA DO SUL. Department of Defense. **Annual Report 2019/2020.** Disponível em: <https://www.gov.za/documents/department-defence-annual-report-20192020-19-nov-2020-0000>. Acesso em: 30 mar. 2021.

ROCHA PAIVA, Luiz Eduardo. **Dissuasão e Presença: reflexos para a Força Terrestre no próximo quarto de século.** 55 p. Monografia (Curso de Política, Estratégia e Alta Administração do Exército), ECEx, 2010.

RODRIGUES, Fernando da Silva. **Estratégia da Presença e Evolução Militar no Brasil: Passado e Presente.** Análise Estratégica, v. 15, n. 1, p. 51–64, 2020.

RODRIGUES, Fernando da Silva. **Análise da presença territorial do Exército no Chile no contexto da evolução militar: passado e presente.** Centro de Estudos Estratégicos do Exército. Vol 13 (3) Jun / Ago 2019. p. 39 a 52.

THE INTERNACIONAL INSTITUTE FOR STRATEGIC STUDIES (Reino Unido). **The Military Balance 2020.** Londres, 2019. ISBN 978-0-367-46639-8.

VENSON, L. M.; MYSKIW, Antonio Marcos. **Colônias Militares no Brasil Meridional: O caso da Colônia Militar do Chapecó.** In: I ENCONTRO FRONTEIRAS E TERRITORIALIDADES, 2018, Rio de Janeiro. Anais do I Encontro Fronteras e Territorialidades. Rio de Janeiro: GT Fronteras e Territorialidades da ANPUH, 2018. p. 47–58. Disponível em: <https://bit.ly/3vWwez9>. Acesso em: 26 jun. 2021.

CREDIBILIDADE



Requisito alcançado pelo elevado nível de confiança do Exército perante a sociedade brasileira, medido por meio de institutos de pesquisa, respaldado pelos valores da Instituição, potencializado por suas entregas à sociedade e que contribui para conscientizá-la quanto à importância do EB para a nação.